



P R E F E I T U R A D E I T U I U T A B A

Ofício n.º 2025/227

Ituiutaba, 18 de junho de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Francisco Tomaz de Oliveira Filho
Presidente da Câmara Municipal de Ituiutaba
Rua 24 n.º 950
Ituiutaba - MG

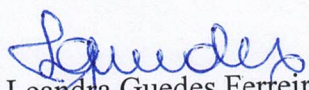
Assunto: **Encaminha Mensagem n.º 066.**

Senhor Presidente,

Tenho o prazer de passar às mãos de V. Exa. a inclusa Mensagem n.º 066/2025, desta data, acompanhada de projeto de Lei que ***Concede subvenção e auxílio no exercício de 2025 e dá outras providências.***

Com expressões de apreço e distinta consideração, subscrevo-me.

Atenciosamente,


Leandra Guedes Ferreira
- Prefeita de Ituiutaba -

PREFEITURA DE ITUIUTABA

MENSAGEM N. 066/2025

Ituiutaba, 18 de junho de 2025.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Por meio da presente Mensagem, é encaminhado a esse Legislativo Municipal, projeto de lei que autoriza o Executivo a destinar, à Fundação Espírita Jerônimo Mendonça (CNPJ 04.681.006/0001-22), recursos financeiros à conta do orçamento, do exercício de 2025, no montante de até R\$ 54.645,00 (cinquenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e cinco reais).

Os recursos que serão repassados por meio do presente projeto de lei são provenientes de Emendas Impositivas dos Vereadores: Edmar Machado (R\$ 11.545,00), Adeilton José (R\$ 15.000,00), Francisco Tomaz (R\$ 20.000,00) e Vilsomar Paixão (R\$ 8.000,00).

A iniciativa de lei informada por esta mensagem decorre de solicitação formulada no Processo Administrativo n.º 2.164, de 04 de fevereiro de 2025.

Mesmo o recurso estando previsto no orçamento, a Lei 13.019/14, art. 31, II, bem como a Lei Complementar 101/2000, art. 26, exigem lei específica para que o repasse seja realizado diretamente a entidade.

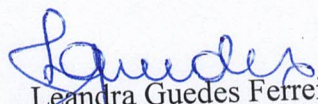
Houve significativa alteração no regramento a respeito do repasse de recursos a entidades do terceiro setor com a entrada em vigor da Lei 13.019/2014.

Sendo assim, a lei poderá garantir o amparo, mas a liberação dos recursos está inteiramente condicionada ao preenchimento dos requisitos legais pela entidade e do enquadramento nas hipóteses de inexigibilidade do chamamento público, o que será verificado em processo administrativo no caso concreto.

Com essas elucidações, acha-se a matéria em condições de merecer o exame dessa Casa de Leis.

Com os protestos de estima e consideração, renovamos as homenagens devidas aos nobres integrantes dessa Câmara.

Saudações,


Leandra Guedes Ferreira
- Prefeita de Ituiutaba -

PREFEITURA DE ITUIUTABA

PROJETO DE LEI N. XXXX, DE XX DE XXXX DE 2025

Concede auxílio no exercício de 2025 e dá outras providências.

CM/84/2025

A Câmara Municipal de Ituiutaba decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Prefeitura Municipal de Ituiutaba poderá conceder auxílio, no exercício de 2025, à Fundação Espírita Jerônimo Mendonça (CNPJ 04.681.006/0001-22), mediante Termo de Fomento, conforme Processo Administrativo nº 2.164, de 04 de fevereiro de 2025, provenientes de Emendas Impositivas dos Vereadores: Edmar Machado, Adeilton José, Francisco Tomaz e Vilsomar Paixão.

Art. 2º O valor total da presente lei é de R\$ 54.645,00 (cinquenta e quatro mil, seiscientos e quarenta e cinco reais).

Art. 3º Fica autorizado abertura de crédito adicional especial nos termos do inciso V do art. 167 da Constituição Federal, conjugado com os artigos 40, 41, 42 e 43 da Lei nº 4.320/64.

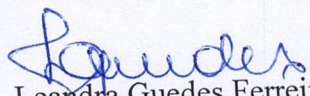
Art. 4º Nos termos do inciso III do § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320/64, será tomado como fonte de recursos para fazer face ao crédito adicional especial autorizado por esta lei, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, autorizados em Lei.

Art. 5º A transferência dos recursos será feita depois de celebrado Termo de Fomento entre o Município e a entidade destinatária dos recursos, mediante aprovação de requerimento da entidade beneficiária, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) comprovação da existência legal da entidade;
- b) prestação de contas da aplicação da ajuda financeira anteriormente recebida;
- c) prova de regularidade do mandato de sua diretoria;
- d) demais documentos exigidos pela Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 8.362/2017.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Ituiutaba, em 18 de junho de 2025.


Leandra Guedes Ferreira
- Prefeita de Ituiutaba -



MUNICIPIO DE ITUIUTABA
Prefeitura Municipal de Ituiutaba
Capa de Processo



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUIUTABA

SPCP - SISTEMA DE PROTOCOLO E CONTROLE DE PROCESSOS

Número do Processo: 2164 / 2025

Data de Abertura: 04/02/2025 13:04:15

Contribuinte: FUNDAÇÃO ESPIRITA JERÔNIMO MENDONÇA
Órgão Solicitante:

Endereço:

Telefone: (34) 3261-5985

C.N.P.J ou C.P.F: 04.681.006/0001-22

Assunto do Processo: LIBERAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIRO

Complemento do Assunto: OFICIO 001/2025

Órgão Responsável: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Atendido por: FERNANDA KELLEN DE MELLO

01/2



Fundação Espírita Jerônimo Mendonça

Rua Dr. Petrônio Rodrigues Chaves, nº 641
Bairro Satélite Andradina – Ituiutaba – Minas Gerais – Brasil
Telefone: (34) 3261.5653

Ituiutaba, MG, 04 de fevereiro 2025

Ofício nº 001/2025

Exm^a SR^a

Leandra Guedes Ferreira

DD. Prefeita de Ituiutaba

Nesta

Assunto: Solicitação de liberação dos Recursos Financeiro Emenda CM 01/24
projeto lei CM 139/2024

Senhora Prefeita,

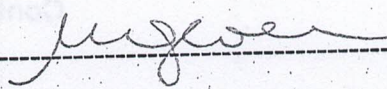
A FUNDAÇÃO ESPÍRITA JERÔNIMO MENDONÇA, CNPJ: 04.681.006/0001-22, solicita de Vossa Excelência a liberação de verba de medida Impositiva dos Vereadores: Vereador Srº Edmar Machado no valor de 11.645,00 (onze mil seiscientos e quarenta e cinco reais) e o Vereador Srº Adeilton José da Silva no valor de 15.000,00(quinze mil reais), Vereador Srº Francisco Tomaz de Oliveira no valor de 20.000,00 (vinte mil reais) Vereador Srº Vilsomar Paixão do Amaral no valor de 8.000,00(oito mil reais) somando o total de 54.645,00 (cinquenta e quatro mil seiscientos e quarenta e cinco reais), para investimento Conforme Lei CM nº 139/2024.

Esta verba destina-se para o custeio, conforme o especificado no plano de trabalho em anexo, para a FUNDAÇÃO ESPÍRITA JERÔNIMO MENDONÇA, CNPJ 04.681.006.0001-22.

Para tanto anexamos documentos exigidos conforme Lei nº 13.019/2014, e o Plano de Trabalho

Certos de podermos contar com a sua prestimosa atenção de sempre.

Atenciosamente.


Fundação Espírita Jerônimo Mendonça

Maria Gertrudes Coelho

Presidente

PLANO DE TRABALHO ENERGIA FOTOVOLTAICA-AR 2025

1- IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE

RAZÃO SOCIAL: Fundação Espírita Jerônimo Mendonça			CNPJ nº 04.681.006/0001-22
ENDEREÇO: Rua Dr. Petrônio Rodrigues Chaves, 641			Bairro: <i>Satélite Andradina</i>
Cidade: Ituiutaba	UF: MG	CEP: 38308-004	FONE: (34) 3261.5653 (34) 999733099
LEI DE UTILIDADE PÚBLICA: 3.549 - 24/06/2002			
CONTA CORRENTE 68.398-1	BANCO BRASIL	AGENCIA 0204-6	REGISTRO DO CMAS: 030/2003
NOME DO RESPONSÁVEL: MARIA GERTRUDES COELHO			CARGO: Presidente
DATA DO VENCIMENTO DO MANDATO: 13/07/2025			FONE CONTATO: (34) 9.9962.7114

2 - CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

Duração: 11 MESES	Início: 01/02/2025	Termino: 31/12/2025
Finalidade: Atender crianças de 0 a 5 anos e 11 meses e seus familiares; proporcionando a educação infantil, a criatividade artística, esportiva e cultural, através de atividades pedagógicas de acordo com a faixa etária.		
Justificativa: Trata-se de uma instituição sem fins lucrativos e de objetivos filantrópicos, que vem de encontro aos interesses do município, uma vez que oferta vagas para as crianças de 0 a 5 anos e 11 meses.		
Tipo de Atividade que pretende desenvolver: 1. Desenvolvimento Social A creche é um ambiente rico em interações sociais, onde as crianças tem a oportunidade de brincar com outras crianças da mesma idade e aprender a compartilhar, colaborar e se comunicar. Isso é essencial para o desenvolvimento social e da inteligência emocional do pequeno, tornando-o mais preparado para lidar com as emoções e os desafios da vida. 2. Desenvolvimento Cognitivo Com Atividades voltadas para melhorar habilidades como raciocínio lógico, coordenação motora e percepção visual e auditiva, a creche é um ambiente estimulante que pode contribuir para o		

desenvolvimento cognitivo das crianças. Além disso, a creche oferece um ambiente seguro e preparado para a aprendizagem, ajudando a criança a desenvolver habilidades essenciais para a vida.

3. Desenvolvimento da linguagem

Na creche, as crianças têm contato com diferentes palavras e expressões, trabalhando e melhorando a expressão verbal. Isso é especialmente importante para as crianças que crescem em ambientes com poucas exposições à linguagem, ao ajudar a desenvolver habilidades a comunicação e a compreensão do mundo ao seu redor.

4. Preparação para a escola

A creche também ajuda a preparar as crianças para a escola. Elas aprendem a seguir regras a desenvolver atividades em grupo e a ter uma rotina diária. Essas habilidades são importantes para o sucesso na escola e para a vida geral.

Quanto mais cedo a criança entrar na creche, mais fácil será a adaptação à vida escolar. Isso porque a creche é um ambiente onde a criança pode desenvolver a independência e a autonomia, o que é essencial para o sucesso escolar.

Metas/pessoas beneficiadas: Atendimento exclusivo às crianças dentro dos padrões estabelecidos pela instituição, alinhados às orientações da Vigilância Sanitária e Secretaria Municipal de Educação, referente a faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses de idade.

TOTAL: 120 crianças

Identificação Completa da pessoa responsável pela elaboração e execução do Projeto:

Nome: Gildo da Silva Santos, Diretor Financeiro, brasileiro, casado CPF 350.794.286-00, RG M.3008342 SSP/MG, Avenida 23 nº 466 Bairro Centro, CP 38300-114

3- PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

3.1 - DEMONSTRATIVOS DE CUSTOS SOLICITADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA

CUSTOS DE INVESTIMENTO E/OU CUSTEIO

ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICADOR FÍSICO		CUSTOS EM R\$ 1,00	
	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL

USINA SOLAR FOTOVOLTAICA, (Justificativa):
Local: Fundação Espirita Jeronimo Mendonça,
Rua Dr. Petrônio Rodrigues Chaves, 641 -
Satélite Andradina - Ituiutaba- MG.

42.600,00

AR CONDICIONADO/CLIMATIZADOR SALAS
ADEQUAÇÃO AMBIENTE, (Justificativa): Local:
Fundação Espirita Jeronimo Mendonça, 641 -
Satélite Andredina - Ituiutaba -MG.

12.045,00

TOTAL

54.645,00

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

4- Cronograma de desembolso**4.1 - CEDENTE**

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
			54.645,00			
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro

4.1.1 - CONCEDENTE (Nº PESSOAL)

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro

4.2 - PROPONENTE (CONTRA PARTIDA)

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro

4.2.1 - PROPONENTE (PESSOAL, ADMINISTRATIVO E PRÉDIO)

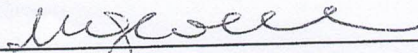
Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro

5 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro para fins junto à **Prefeitura Municipal de Ituiutaba**, para os efeitos e sob as Penas da Lei, que inexistem qualquer débito em mora ou situação de inadimplência no Município ou em qualquer órgão ou entidade de **Administração Estadual e Federal**, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, do Estado e Município, na forma deste Plano de Trabalho.

Pede Deferimento.

Ituiutaba 24 de janeiro 2025



Presidente da Fundação Espírita Jerônimo Mendonça
2º Partícipe

6 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Aprovado:

Ituiutaba em de 2025.

LEANDRA GUEDES FERREIRA
Prefeita de Ituiutaba
1º Partícipe

PLANO DE TRABALHO ENERGIA FOTOVOLTAICA-AR 2025

1- IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE

RAZÃO SOCIAL: Fundação Espírita Jerônimo Mendonça			CNPJ nº 04.681.006/0001-22
ENDEREÇO: Rua Dr. Petrônio Rodrigues Chaves, 641			Bairro: Satélite Andradina
Cidade: Ituiutaba	UF: MG	CEP: 38308-004	FONE: (34) 3261.5653 (34) 999733099
LEI DE UTILIDADE PÚBLICA: 3.549 - 24/06/2002			
CONTA CORRENTE 68.398-1	BANCO BRASIL	AGENCIA 0204-6	REGISTRO DO CMAS: 030/2003
NOME DO RESPONSÁVEL: MARIA GERTRUDES COELHO			CARGO: Presidente
DATA DO VENCIMENTO DO MANDATO: 13/07/2025			FONE CONTATO: (34) 9.9962.7114

2 - CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

Duração: 11 MESES

Início: 01/02/2025

Termino: 31/12/2025

Finalidade:

Atender crianças de 0 a 5 anos e 11 meses e seus familiares; proporcionando a educação infantil, a criatividade artística, esportiva e cultural, através de atividades pedagógicas de acordo com a faixa etária.

Justificativa:

Trata-se de uma instituição sem fins lucrativos e de objetivos filantrópicos, que vem de encontro aos interesses do município, uma vez que oferta vagas para as crianças de 0 a 5 anos e 11 meses.

Tipo de Atividade que pretende desenvolver:

1. Desenvolvimento Social

A creche é um ambiente rico em interações sociais, onde as crianças tem a oportunidade de brincar com outras crianças da mesma idade e aprender a compartilhar, colaborar e se comunicar. Isso é essencial para o desenvolvimento social e da inteligência emocional do pequeno, tornando-o mais preparado para lidar com as emoções e os desafios da vida.

2. Desenvolvimento Cognitivo

Com Atividades voltadas para melhorar habilidades como raciocínio lógico, coordenação motora e percepção visual e auditiva, a creche é um ambiente estimulante que pode contribuir para o

desenvolvimento cognitivo das crianças. Além disso, a creche oferece um ambiente seguro e preparado para a aprendizagem, ajudando a criança a desenvolver habilidades essenciais para a vida.

3. Desenvolvimento da linguagem

Na creche, as crianças têm contato com diferentes palavras e expressões, trabalhando e melhorando a expressão verbal. Isso é especialmente importante para as crianças que crescem em ambientes com poucas exposições à linguagem, ao ajudar a desenvolver habilidades a comunicação e a compreensão do mundo ao seu redor.

4. Preparação para a escola

A creche também ajuda a preparar as crianças para a escola. Elas aprendem a seguir regras a desenvolver atividades em grupo e a ter uma rotina diária. Essas habilidades são importantes para o sucesso na escola e para a vida geral.

Quanto mais cedo a criança entrar na creche, mais fácil será a adaptação à vida escolar. Isso porque a creche é um ambiente onde a criança pode desenvolver a independência e a autonomia, o que é essencial para o sucesso escolar.

Metas/pessoas beneficiadas: Atendimento exclusivo às crianças dentro dos padrões estabelecidos pela instituição, alinhados às orientações da Vigilância Sanitária e Secretaria Municipal de Educação, referente a faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses de idade.

TOTAL: 120 crianças

Identificação Completa da pessoa responsável pela elaboração e execução do Projeto:

Nome: Gildo da Silva Santos, Diretor Financeiro, brasileiro, casado CPF 350.794.286-00, RG M.3008342 SSP/MG, Avenida 23 nº 466 Bairro Centro, CP 38300-114

3- PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

3.1 - DEMONSTRATIVOS DE CUSTOS SOLICITADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA

CUSTOS DE INVESTIMENTO E/OU CUSTEIO

ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICADOR FÍSICO		CUSTOS EM R\$ 1,00	
	UNIDADE	QUANT	UNIITÁRIO	TOTAL

[Handwritten signature]

09

<p>USINA SOLAR FOTOVOLTAICA, (Justificativa): Local: Fundação Espirita Jeronimo Mendonça, Rua Dr. Petrônio Rodrigues Chaves, 641 – Satélite Andradina – Ituiutaba- MG.</p>				42.600,00
<p>AR CONDICIONADO/CLIMATIZADOR SALAS ADEQUAÇÃO AMBIENTE, (Justificativa): Local: Fundação Espirita Jeronimo Mendonça, 641 – Satélite Andredina – Ituiutaba -MG.</p>				12.045,00
TOTAL				54.645,00



4- Cronograma de desembolso
4.1 - CEDENTE

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
			54.645,00			
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro

4.1.1 - CONCEDENTE (Nº PESSOAL)

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro

4.2 - PROPONENTE (CONTRA PARTIDA)

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro

4.2.1 - PROPONENTE (PESSOAL, ADMINISTRATIVO E PRÉDIO)

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro

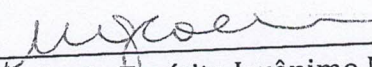


5 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro para fins junto à **Prefeitura Municipal de Ituiutaba**, para os efeitos e sob as Penas da Lei, que inexistem qualquer débito em mora ou situação de inadimplência no Município ou em qualquer órgão ou entidade de **Administração Estadual e Federal**, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, do Estado e Município, na forma deste Plano de Trabalho.

Pede Deferimento.

Ituiutaba 24 de janeiro 2025


Presidente da Fundação Espírita Jerônimo Mendonça
2º Partícipe

6 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Aprovado:

Ituiutaba em de 2025.

LEANDRA GUEDES FERREIRA
Prefeita de Ituiutaba
1º Partícipe



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.681.006/0001-22 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 27/09/2001
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL FUNDACAO ESPIRITA JERONIMO MENDONCA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS
---	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.11-2-00 - Educação infantil - creche

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 85.12-1-00 - Educação infantil - pré-escola 85.13-9-00 - Ensino fundamental 88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada
--

LOGRADOURO R DR PETRONIO RODRIGUES CHAVES	NÚMERO 641	COMPLEMENTO *****
---	----------------------	----------------------

CEP 38.308-148	BAIRRO/DISTRITO SATELITE ANDRADINA	MUNICÍPIO ITUJUBA	UF MG
--------------------------	--	-----------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO ESCOLAEIJESUSDENAZARE@HOTMAIL.COM	TELEFONE
---	----------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/09/2001
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **16/01/2025** às **09:55:45** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

13
19

FICHA CADASTRAL

EXERCICIO 2025

I - IDENTIFICAÇÃO

01 - Entidade: FUNDAÇÃO ESPÍRITA JERÔNIMO MENDONÇA

02 - CNPJ: 04.681.006.0001-22

03 - Endereço: Rua Dr Petrônio Rodrigues Chaves nº 641

04 - CEP: 38.308-004

05 - Bairro: Satélite Andradina

06 - Telefone: (034) 3261 5653 (034) 99973.3099

07 - Fax:

08 - Site:

09 - E-mail : escolaeijesusdenazare@hotmail.com

II - IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL

10 - Nome: Maria Gertrudes Coelho

11 - CPF: 122.595.866-00

12 - RG: 331.333 SSP-MG

13 - Posse: 13/07/2021

14 - Endereço: Av. José Vieira de Mendonça nº 401

15 - Bairro: Novo Mundo

16 - Telefone: (034) 3261. 5985

17 - Celular: (034) 99962. 7114

Ituiutaba, 13 de Janeiro 2025

Maria Gertrudes Coelho

Presidente

CPF 122.595.866-00

14
10



Fundação Espírita Jerônimo Mendonça

Portaria SEE nº 1406, de 24/04/2002

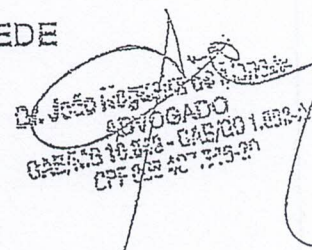
Rua Dr. Petrônio Rodrigues Chaves, nº 641-B, Satélite Andradina - Ituiutaba - Minas Gerais - Brasil
Telefone: (34) 3251-5353 CNPJ - 04.681.006/0001-22

Educar o jovem através da arte com Jesus e transformarmos as prisões em museus.
Maria Gertrudes



SEGUNDA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA FUNDAÇÃO ESPÍRITA JERÔNIMO MENDONÇA

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, REGIME JURÍDICO, DURAÇÃO E SEDE



Art. 1º A FUNDAÇÃO ESPÍRITA JERÔNIMO MENDONÇA, CNPJ 04.681.006/0001-22, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica, com autonomia administrativa e financeira, regendo-se pelo presente Estatuto e pela legislação que lhe for aplicável.

Parágrafo único Para todos os efeitos, as denominações FUNDAÇÃO ESPÍRITA JERÔNIMO MENDONÇA e Fundação equivalem-se no texto do presente Estatuto.

Art. 2º O prazo de duração da Fundação Espírita Jerônimo Mendonça é indeterminado.

Art. 3º A Fundação tem sede na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, situada à Rua Dr. Petrônio Rodrigues Chaves nº 641 - Bairro Satélite Andradina - CEP: 38308-148

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the document, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.

CAPÍTULO II
DAS FINALIDADES



Art. 4º A Fundação tem por finalidade:

a) promover o bem estar de crianças em geral, adolescentes, idosos, suas famílias e demais pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, durante a sua permanência na FUNDAÇÃO, enfocando o desenvolvimento e a assistência social, a importância do amor ao próximo e do respeito ao ser humano, sem distinção de raça, credo, cor e origem, através da Educação, da Cultura, da Arte em geral, do Esporte e da Religião, através de Oficinas educativas, produtivas e criativas nas áreas de Artes Profissionalizantes e do Atendimento Social/Religioso, e atendimento como Creche, Pré-Escola e Escola de Educação Infantil e outros mais departamentos que vierem a ser criados; notadamente por meio das seguintes ações;

I) manter e amparar através de Creche, Pré-Escola e Escola de Educação Infantil, em funcionamento com o nome de Escola de Educação Infantil Jesus de Nazaré com atendimento às crianças de 0 a 5 anos de idade, oferecendo amparo e assistência na fase inicial de berçário, a educação infantil e alfabetização, conforme Regimento e Proposta Educacional dentro das normas instituídas pelo Ministério da Educação e Cultura;

II) acolher os menores 0 a 13 anos, oferecer oficinas específicas das artes em geral, despertando-lhes o gosto pelo Belo através da Música, Pintura, Escultura, Teatro, Bordado, Artesanato em Geral, Astronomia, Culinária, Dança, Atividades Esportivas, Reforço Escolar e Assistência Sócio Educacional, em complementação ao período escolar, agrupando-se de acordo com a faixa etária;

III) assistir ao jovem aprendiz acima de 14 anos e à sua família focando nos mesmos as conquistas que levam a cidadania e a geração de renda; promover sua qualificação ao mercado de trabalho, através de oficinas de Jardinagem, Artesanato em Geral e demais oficinas que incluam as artes; sem prejuízo das suas atividades escolares, considerando os interesses e as habilidades do iniciando, respeitando-se, rigorosamente, determinações do Jovem Aprendiz de acordo com a Lei do Jovem Aprendiz e as Normas estabelecidas no Estatuto da Criança e Adolescente-ECA, quanto a faixa etária;

IV) fornecer aos adultos orientações psicológica, moral e religiosa, fomentando oficinas diversas através de cursos oferecidos, respeitando os interesses e aptidões de cada ser. Orientar as famílias através de palestras informativas e formativas, cursos/oficina, reuniões, encontros e assistência social;

[Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including names like "Miguel", "Gm", "J", "Pamela", and "Wally", along with a date stamp "16/08/2016".]

V) assistir ao Idoso através da socialização e da vivência com a natureza e através de cursos artísticos, desenvolver-lhes a capacidade criativa, em espaço apropriado às suas necessidades e aos limites naturais da velhice, segundo o Estatuto do Idoso.

b) Planejar, executar e promover promoções, cursos, conferências, bem como estimular e promover atividades teatral, cinematográfica, certames, audições, exposições e toda e qualquer iniciativa que vise o enriquecimento cultural da população.

c) Promover intercâmbio e parcerias com entidades culturais, de modo a possibilitar a realização de exposições e outras atividades culturais, bem como a obtenção de recursos para a manutenção da Fundação.

§1º A Fundação dará total liberdade de aprendizados/estágios a estudantes de cursos universitários e técnicos relacionados com as suas atividades, incentivando e fomentando o progresso da Ciência e Tecnologia.

§2º A Fundação obedecerá a um Regimento Interno referente a cada função estabelecida em seu Estatuto e que estiver em pleno funcionamento.

Art. 5º A Fundação organizar-se-á em tantas unidades de trabalho ou órgão que se fizerem necessários a consecução de suas finalidades, às quais serão disciplinadas por Regimentos Internos.

Art. 6º A Fundação, com vistas a atingir seus objetivos, poderá firmar convênios e/ou contratos e articular-se, pela forma conveniente, com os órgãos ou entidades públicas ou privadas.

Art. 7º No desenvolvimento de suas atividades, a Fundação obedecerá aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da transparência, da publicidade, da economicidade, da razoabilidade e da eficiência.

[Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page]

[Circular stamp: CRIDAV, Fl. Nº 011, COM DEPUTADOS]

[Handwritten signatures: Carlos, Silva, Costa, Lima, Mendes, Ramalho, etc.]

[Stamp: Presidência da República]

[Stamp: Ministério da Justiça]

[Stamp: 3]



CAPÍTULO III

DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS

Art. 8º O patrimônio da FUNDAÇÃO ESPÍRITA JERÔNIMO MENDONÇA é constituído pela dotação inicial, pelos bens obtidos por aquisição regular e por todos os bens corpóreos ou incorpóreos que vier a adquirir a título gratuito ou oneroso.

§1º Em seu estatuto inicial a FUNDAÇÃO ESPÍRITA JERÔNIMO MENDONÇA, tem como seu instituidor Maria Gertrudes Coelho, brasileira, maior, casada, escritora, RG: M-331.333-SSPMG, CPF: 122.595.866-00, com foro e sede em Ituiutaba/MG que faz a mesma a FUNDAÇÃO ESPÍRITA JERÔNIMO MENDONÇA doação de quatorze (14) salas construídas em alvenaria sendo 7 (sete) cobertas com estrutura metálica e telhas de cerâmica e outras em alvenaria, aguardando cobertura; área total 1.127,71 m2, situadas nesta cidade, no Bairro Satélite Andradina, que constituem parte do programa social ali desenvolvido, conforme projeto arquitetônico elaborado. Construção que foi erguida por obra e vontade da cidadã Maria Gertrudes Coelho, através de donativos recolhidos em diversos lugares do país e Exterior e o resultado de seu trabalho voluntário (sem remuneração pessoal de qualquer espécie), ou seja, como resultado financeiro de duas mil e cinquenta (2050) telas de pintura, vem edificando as salas destinadas às Oficinas, perfazendo o total de 1.127,71m2 em construção no final detalhado.

§2º Acréscimo ao Patrimônio e término de obras iniciadas por sua fundadora:

- foram concluídas as obras de revestimento em estrutura metálica com telhas de barro em 7 (sete) salas e concluído o acabamento das sete salas cobertas e em todo este patrimônio levantado, perfazendo 14 (quatorze) salas, conforme descrito no §1º;
- foi construído em alvenaria o Templo da Prece Alfredo Júlio Fernandes, como eixo do complexo, localizando-se no centro da instituição; construção em dois pavimentos área total de 269,04 m2;
- a área verde que compõe os parques todos gramados com grama esmeralda, onde foram plantadas árvores entre frutíferas e do cerrado, outras de grande porte e pequeno porte compondo o paisagismo, inúmeras forrações e plantas ornamentais como palmeiras, trepadeiras e outras mais da mata ciliar e nativas;

Assinatura
Assessoria de Justiça

Assinaturas e rubricas:

d) o patrimônio foi embelezado por um lago ornamental e seminatural;

e) Foram construídos vários detalhes como o Memorial Jerônimo Mendonça, pequeno espaço erguido em pedras para compor o acervo das lembranças de Jerônimo Mendonça, bem como sua estátua em gesso (esculpida por Maria Gertrudes) e devidamente colocada na CAMA ORTÓPEDICA, que pertenceu ao saudoso irmão, falecido em 26/11/1989, o homenageado desta obra;

f) Composto o cenário da Fundação Espírita Jerônimo Mendonça, foi colocado em meio ao parque a estátua de Jesus, simbolizando o Mestre ajoelhado no Horto das Oliveiras, Tanto a estátua de Jerônimo e a de Jesus, o Horto das Oliveiras foram construídos pela própria fundadora e não podendo ser alteradas, apenas recebendo de tempos em tempos novas pinturas para a sua conservação original;

g) Foi colocado na entrada da obra um obelisco em forma de uma pirâmide estilizada, com três placas em bronze que homenageiam pessoas que auxiliaram e contribuíram para a composição de todo o complexo, não podendo ser alterados ou adulterados, respeitando a ideia original da autora Maria Gertrudes e também a Placa e pedras que compõem o memorial da Pedra Fundamental; acrescentado a este patrimônio o busto de Jerônimo Mendonça, esculpido em bronze;

h) foi acrescentado ao patrimônio inicial uma área de 7.719,50 m², conforme DECRETO Nº 5.292 DE 31 DE JULHO DE 2003, sobre Permissão de uso sobre terreno do Patrimônio Municipal, e já com direito adquirido pelas construções e tempo de uso útil pelo Prefeito Dr. Públio Chaves; neste espaço foi construído o TEATRO GALERIA JOSEPH TURNER, complexo artístico para a apresentação dos trabalhos artísticos e outros mais eventos da instituição. Formado DE DOIS PAVILHOES EM ALVENARIA E UM Teatro de Arena envolto por frondosas árvores, também plantadas durante a construção dos mesmos;

i) anexo ao Teatro foi construída uma lanchonete com dois banheiros e uma Livraria, denominada de LIVRARIA ESPÍRITA, constando de 702,43 m² e acima desta livraria, também uma mata original e com a plantação de novas árvores, formando uma pequena reserva;

todo este complexo mede cerca de 11.000 m², iniciando na ponte até o final da instituição conforme mapas;

Cinte
Diretor Geral da Fundação
Presidente da Junta

Alma

Brasil

1.1.11.11

5

1.1.11.11

1.1.11.11

1.1.11.11

1.1.11.11

1.1.11.11

k) todos os painéis e pinturas que foram feitos pela médium e se encontram no Templo, no Refeitório, no Teatro e na lanchonete, não poderão ser destruídos, apenas conservados na sua originalidade;

l) foi construído um muro em alvenaria, circulando a parte esquerda da ponte até o final dos terrenos como proteção aos invasores e, colocada a antiga cerca de alambrado, nas margens que dão vista ao córrego Córrego do Carmo.

§3º Este espaço delineado não poderá ser alterado em sua forma e destinação, salvo por motivo de segurança ou para melhor atender sua finalidade, mediante aprovação do Conselho Curador

§4º Os imóveis desafetados através da LEI MUNICIPAL Nº 3.461- DE 11 de maio de 2001 integram o patrimônio da Fundação

§5º Constitui patrimônio da Fundação:

a) os bens móveis e imóveis e direitos com que foi instituída bem assim, os que venham a adquirir ou que sejam incorporados ao seu patrimônio pelos poderes públicos ou pela iniciativa privada;

b) os legados, doações que lhes forem destinados;

c) outros bens que por qualquer outro justo título lhe sejam outorgados;

d) bens intangíveis como marcas e patentes.

§6º Dependerão de aprovação da maioria absoluta dos membros dos Conselhos Curador e Diretor, em reunião conjunta, e de autorização do Ministério Público (Curadoria de Fundações) os seguintes atos:

a) aceitação de doações e legados com encargo;

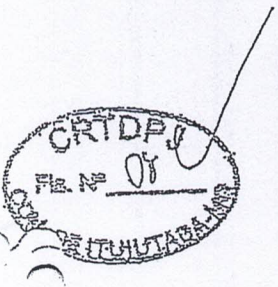
b) contratação de empréstimos e financiamentos;

c) alienação, oneração ou permuta de bens imóveis, ou móveis cujo valor ultrapasse a 10 (dez) salários-mínimos, para aquisição de outros mais rentáveis ou mais adequados à consecução de suas finalidades.

Art. 9º Constituem rendas da Fundação:

1) rendas provenientes dos resultados de suas atividades;

2) usufrutos e fideicomissos que lhe forem constituídos;



Ciutl
Ass. Soc. de Defesa do Estado
Curadoria de Justiça

Prima
usale

Ass. Soc. de Defesa do Estado
Curadoria de Justiça
Ass. Soc. de Defesa do Estado
Curadoria de Justiça
Ass. Soc. de Defesa do Estado
Curadoria de Justiça

Ass. Soc. de Defesa do Estado
Curadoria de Justiça

Ass. Soc. de Defesa do Estado
Curadoria de Justiça

- 3) rendas provenientes dos títulos, ações ou ativos financeiros de sua propriedade ou operações de crédito;
- 4) juros bancários e outras receitas de capital;
- 5) contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras;
- 6) subvenções, dotações, contribuições e outros auxílios estipulados em favor da Fundação pela Administração Pública direta ou indireta;
- 7) rendimentos próprios dos imóveis que possuir;
- 8) doações e legados;
- 9) outras rendas eventuais;
- 10) as taxas e mensalidades relativas a cursos ministrados e demais eventos levados a efeito pela Fundação, renda de bilheteria, inclusive taxas e contribuições destinadas a manutenção de seus serviços.



§1º O patrimônio e os rendimentos da Fundação serão aplicados integralmente no País, para o cumprimento e a manutenção dos objetivos institucionais;

§2º É vedada distribuição de qualquer parcela do patrimônio ou dos rendimentos da Fundação, sob qualquer forma, a título de participação no resultado.

§3º Os bens pertencentes à Fundação não poderão ter destinação que contrarie os objetivos estatutários.

CAPÍTULO IV DA ESTRUTURA ORGÂNICA

Art. 10. A FUNDAÇÃO ESPÍRITA JERÔNIMO MENDONÇA tem como órgãos deliberativo, administrativo e de controle interno, respectivamente, o Conselho Curador, o Conselho Diretor e o Conselho Fiscal.

Art. 11. Os integrantes dos Conselhos Curador e Fiscal não serão remunerados, nem gozarão de nenhuma vantagem ou benefício financeiro em decorrência do cargo/função desempenhado.

gentle
d.º Paulo Roberto de Almeida
Promotor de Justiça

Simão
ozila
Antônio

Antônio

Antônio

Antônio

Ramondy

[Handwritten signatures and notes at the top of the page]

caso de renúncia de mandato
renúncia em caso de ausência

23. Os conselheiros serão eleitos para um período de

dois mandatos sucessivos no primeiro ano

com interrupção dos conselheiros Diretores e

II) Tem a palavra o representante do

Estado em uma das sessões de trabalho

deste Conselho de Administração e

III) O Conselho de Administração

deve ser constituído de modo a

representar a diversidade de

24. É vedado ao Conselho de

Administração atuar em nome do

Estado e identificar-se com as

ações realizadas por ele

Art. 13. O Conselho de



DO CONSELHO SUPERIOR
CIVIL

do Conselho Superior

Conselho Superior e Diretor

Art. 13. É vedado o exercício

funções e atribuições em

ordem que implique

23. O Conselho de

Estado em nome do

Estado e identificar-se

23. O Conselho de

Estado em nome do

Estado e identificar-se

23. O Conselho de

§3º O Presidente do Conselho Curador será eleito dentre e por seus pares, na reunião que der posse aos conselheiros, cabendo-lhe, além de seu voto, o de qualidade em caso de empate, assim como a indicação de secretário para as reuniões do órgão. Na ausência ou impedimento do Presidente titular, os conselheiros elegerão, dentre eles, um Presidente "ad-hoc".

§4º Ocorrendo vacância, o cargo vago será provido no prazo máximo de 30 (trinta) dias; observado o quórum definido no §2º.

§5º Os novos integrantes do Conselho Curador serão eleitos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias a contar da expiração dos mandatos anteriores, observado o quórum definido no §2º.

§6º Perderá o mandato, o integrante do Conselho Curador que faltar a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) alternadas, sem se justificar no prazo de 05 (cinco) dias, procedendo-se à sua substituição na forma prevista no parágrafo terceiro.

§7º A destituição de qualquer membro do Conselho Curador ocorrerá, a qualquer tempo, por decisão de 2/3 (dois terços) de seus integrantes, observados os postulados do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

§8º São membros do Conselho Curador:

- 1) Presidente,
- 2) Vice-Presidente
- 3) Um membro Curador



Art. 14. Compete ao Conselho Curador:

- I) eleger dentre cidadãos de ilibada reputação e identificados com as finalidades da Fundação, seus próprios membros e Presidente, bem como os integrantes dos Conselhos Diretor e Fiscal;
- II) deliberar sobre o orçamento anual e sobre o programa de trabalho elaborado pelo Conselho Diretor, ouvido previamente quanto aquele o Conselho Fiscal;
- III) examinar o relatório do Conselho Diretor e deliberar sobre o balanço e as contas, após parecer do Conselho Fiscal.
- IV) deliberar sobre a destituição de seus membros.
- V) destituir, por voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, integrantes de quaisquer dos órgãos componentes da estrutura orgânica da Fundação;
- VI) pronunciar sobre o planejamento estratégico da Fundação, bem como sobre os programas específicos a serem desenvolvidos;

Procurador de Justiça

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like "Grima", "Veni", and others.



VII) deliberar sobre proposta de empréstimos;

VIII) deliberar sobre a conveniência de aquisição, alienação a qualquer título, o arrendamento, a oneração ou o gravame dos bens móveis e imóveis da Fundação, após parecer do Conselho Fiscal;

IX) deliberar sobre proposta de incorporação, fusão, cisão ou transformação da Fundação.

X) ratificar as parcerias, convênios, acordos, ajustes e contratos, celebrados pelo Conselho Diretor, bem como estabelecer normas pertinentes;

XI) apreciar e aprovar a criação e extinção das unidades de que trata o artigo 5º;

XII) aprovar o quadro de pessoal e suas alterações, bem como as diretrizes de salários, vantagens e outras compensações;

XIII) aprovar o Regimento Interno da Fundação e suas alterações, observada a legislação vigente;

XIV) deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse da Fundação que lhe forem submetidos;

XV) deliberar em conjunto com o Conselho Diretor sobre os seguintes temas:

- a) reformas estatutárias;
- b) extinção da Fundação;
- c) aceitação de doações e legados com encargos;
- d) contratação de empréstimos, financiamentos e movimentações financeiras com significativo impacto;
- e) alienação, oneração ou permuta de bens imóveis, ou móveis cujo valor ultrapasse 10 (dez) salários-mínimos, para aquisição de outros mais rentáveis ou mais adequados à consecução de suas finalidades.

XVI) contratar a realização de auditoria para adequada aferição da situação financeiro-patrimonial da entidade;

XVII) convocar reunião do Conselho Fiscal e do Conselho Diretor;

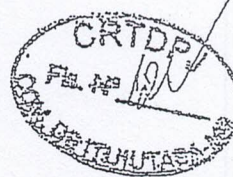
XVIII) fixar a remuneração dos membros do Conselho Diretor, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, registrando em ata e comunicando ao Ministério Público, conforme art.12, §2º, alínea "a" da Lei nº 9537/97.

Handwritten signatures and marks at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, some with dates like '10' and '12'.

XIX) resolver os casos omissos deste e Estatuto e do Regimento com base na analogia, equidade e nos princípios gerais do Direito.

Art. 15. São atribuições do Presidente do Conselho Curador;

- I) convocar e presidir o Conselho Curador;
- II) fazer a interlocução do colegiado com a instância executiva da Fundação;



Art. 16. O Conselho Curador reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por ano, uma vez em cada semestre, para:

- I) deliberar sobre a dotação orçamentária da Fundação;
- II) definir a política e estratégia institucionais a serem adotadas no ano subsequente, ouvido o Conselho Diretor;
- III) tomar conhecimento do relatório das atividades e julgar a prestação de contas do ano encerrado, após parecer do Conselho Fiscal;
- IV) eleger seus próprios integrantes e Presidente, bem como os integrantes dos Conselhos Diretor e Fiscal, quando for o caso.

Parágrafo único As reuniões ordinárias instalar-se-ão, com, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos integrantes do Conselho Curador.

Art. 17. O Conselho Curador reunir-se-á, extraordinariamente, quando convocado:

- I) Por seu Presidente;
- II) Por 1/3 (um terço) de seus integrantes;
- III) Pela maioria absoluta dos integrantes dos Conselhos Diretor ou Fiscal.

Parágrafo único As reuniões extraordinárias instalar-se-ão com, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos integrantes do Conselho Curador.

Art. 18. As convocações para as reuniões ordinárias e extraordinárias serão feitas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, mediante correspondência pessoal, postal ou eletrônica, com comprovante de recebimento e especificação da pauta a ser tratada.

Art. 19. As decisões do Conselho Curador ressalvados os casos expressos em lei, neste Estatuto ou no Regimento Interno, serão tomadas pelo voto da maioria simples dos integrantes presentes, observado o quórum de instalação.

quê
Ana Paula de Almeida
Promotora de Justiça

Prima Osiris *11* *12* *13* *14* *15* *16* *17* *18* *19* *20* *21* *22* *23* *24* *25* *26* *27* *28* *29* *30* *31* *32* *33* *34* *35* *36* *37* *38* *39* *40* *41* *42* *43* *44* *45* *46* *47* *48* *49* *50* *51* *52* *53* *54* *55* *56* *57* *58* *59* *60* *61* *62* *63* *64* *65* *66* *67* *68* *69* *70* *71* *72* *73* *74* *75* *76* *77* *78* *79* *80* *81* *82* *83* *84* *85* *86* *87* *88* *89* *90* *91* *92* *93* *94* *95* *96* *97* *98* *99* *100*

§8º Perderá o mandato, o integrante do Conselho Diretor que faltar a 03 (três) reuniões consecutivas, ou a 05 (cinco) alternadas, sem se justificar no prazo de 05 (cinco) dias, procedendo à sua substituição na forma prevista no §5º.

§9º A destituição de qualquer membro do Conselho Diretor ocorrerá, a qualquer tempo, por decisão de 2/3 (dois terços) dos integrantes do Conselho Curador, observados os postulados do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

Art. 21. O Conselho Diretor reunir-se-á sempre que convocado pelo Presidente, pela maioria de seus integrantes ou, ainda, pelo Conselho Curador ou pelo Conselho Fiscal, sendo suas decisões, ressalvados os casos expressos em Lei, neste Estatuto ou no Regimento Interno, tomadas por voto da maioria simples.

Parágrafo único A Convocação para as reuniões do Conselho Diretor será feita com antecedência mínima de 02 (dois) dias, mediante correspondência pessoal, postal ou eletrônica, com comprovante de recebimento e especificação da pauta a ser tratada.

Dr. João Aquino de Moraes
ADVOGADO
OAB/RG 10.243-0/GO 1.802-A
CPF 003.407.345-20

Art. 22. Compete ao Conselho Diretor:

- I) elaborar e executar o programa anual de atividades, o planejamento estratégico e programas a serem desenvolvidos pela Fundação;
- II) elaborar e propor alterações no Estatuto e no Regimento Interno da Fundação, submetendo-as à aprovação do Conselho Curador;
- III) cumprir e fazer cumprir o Estatuto, o Regimento Interno e as normas e deliberações do Conselho Curador;
- IV) realizar convênios, acordos, ajustes e contratos, inclusive os que constituem ônus, obrigações ou compromissos para a Fundação, ouvido o Conselho Curador;
- V) elaborar e apresentar ao Conselho Curador o relatório anual e ou respectivo demonstrativo de resultados do exercício findo, bem como balancetes semestrais para acompanhamento da situação financeiro-patrimonial da entidade;
- VI) elaborar o orçamento anual submetendo-o a aprovação do Conselho Curador;
- VII) entrosar-se com instituições públicas e privadas, tanto no País como no Exterior, para mútua colaboração em atividades de interesse comum;



Simão Ozélio

Adriano

13

Vinício

1.

1.

1.

CAPÍTULO VI DO CONSELHO DIRETOR



Art. 20. O Conselho Diretor, órgão de administração e execução, é composto de:

- I) Diretor Presidente
- II) Diretor Vice-Presidente
- III) Diretor Administrativo-Financeiro

Dr. João Nogueira dos Santos
ADVOGADO
OAB/MS 10.249 - OAB/TO 1.602-A
CPF 003.407.345-20

§1º O Diretor Presidente é o Presidente da Fundação.

§2º Os integrantes do Conselho Diretor serão eleitos e empossados pelo Conselho Curador, para um mandato de quatro (04) anos, permitida uma reeleição.

§3º Os membros do Conselho Diretor deverão ter qualificação e/ou experiência profissional anterior comprovadas na área correlata ao cargo ocupado.

§4º É vedado integrar o Conselho Diretor pessoa que:

I) Se enquadrar nas hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64/90;

II) Ocupar cargo público, for dirigente de partido político e de titular de mandato eletivo de qualquer ente da federação, ainda que licenciados desses cargos ou funções, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

III) Tenha relação de parentesco em linha reta ou colateral até quarto grau com integrantes dos Conselhos Curador e Fiscal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros;

§5º Em caso de vacância no Conselho Diretor, o Conselho Curador reunir-se-á, no prazo máximo de trinta (30) dias, para eleger o substituto, que preencherá a vaga pelo tempo restante de mandato.

§6º Caberá ao Diretor Vice-presidente substituir o Diretor Presidente em caso de ausência e, enquanto não se realizar a eleição de que trata o parágrafo quinto em caso de vacância.

§7º Os novos integrantes do Conselho Diretor serão eleitos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias a contar da expiração dos mandatos anteriores.

Conte
Ass. Paulo Sérgio do Amaral
Promotoria de Justiça

12

VIII) elaborar e remeter ao Ministério Público (Curadoria de Fundações), anualmente, dentro do prazo de 06 (seis) meses a contar do término do exercício financeiro, suas contas e balanços, bem como relatórios circunstanciados da atividade e da situação da entidade no respectivo exercício;

IX) propor ao Conselho Curador a criação ou extinção das unidades de que trata o artigo quinto;

X) propiciar aos Conselhos Curador e Fiscal as informações e os meios necessários ao efetivo desempenho de suas atribuições;

XI) propor e submeter a aprovação do Conselho Curador o quadro de pessoal e suas alterações, bem como diretrizes de salários, vantagens e outras compensações do pessoal;

XII) expedir normas operacionais e administrativas necessárias as atividades da Fundação;

XIII) convocar reuniões do Conselho Curador e do Conselho Fiscal;

XIV) deliberar em conjunto com o Conselho Curador sobre os seguintes temas:

a) reformas estatutárias;

b) extinção da Fundação;

c) aceitação de doações e legados com encargo;

d) contratação de empréstimos, financiamento e movimentações financeiras com significativo impacto;

e) alienação, oneração ou permuta de bens imóveis, ou móveis cujo valor ultrapasse 10 (dez) salários-mínimos, para aquisição de outros mais rentáveis ou mais adequados à consecução de suas finalidades.

Dr. João Huguê de Moraes
ADVOGADO
OAB/MS 10.848 - CARGO 1.002-A
CPF 008.407.345-20



Art. 23. Compete ao Diretor Presidente:

I) representar a Fundação, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;

II) orientar, dirigir e supervisionar as atividades da Fundação

III) convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor;

IV) assinar, juntamente com o Diretor Administrativo Financeiro, cheques e ordem de pagamento, bem como quaisquer documentos relativos a operações ativas, inclusive a movimentação bancária e outras aplicações financeiras da Fundação;

Curatela
Procuradoria de Justiça

Assinaturas e rubricas no rodapé da página, incluindo a data 14.

V) assinar convênios, acordos, ajustes e contratos com entidades públicas e privadas ou com pessoas físicas, com o intuito de assegurar a plena realização dos objetivos da Fundação, observado o disposto no art. 8º, §6º, bem como a orientação estabelecida pelo Conselho Curador;

VI) manter contatos e desenvolver ações junto às entidades públicas privadas para obtenção de recursos, doações, empréstimos e estabelecimento de acordos e convênios que beneficiem a Fundação;

VII) admitir, promover, transferir e dispensar empregados da Fundação;

VIII) elaborar e apresentar ao Conselho Curador o relatório anual e as respectivas demonstrações financeiras do exercício findo;

IX) decidir sobre questões extraordinárias, quando necessário, "ad referendum" do Conselho Curador.



Dr. João Nogueira de Menezes
ADVOGADO
OAB/RG 10.843 - OAB/GO 1.802-A
CPF 042.407.345-20

Art. 24. Compete ao Diretor Vice-presidente:

I) colaborar com o Diretor Presidente e substituí-lo em suas faltas ou impedimentos;

II) assumir o mandato do Diretor Presidente, caso de vacância, até a realização de nova eleição.

III) elaborar, em conjunto com o Diretor-Presidente o relatório anual de atividades, o planejamento estratégico e os programas a serem desenvolvidos pela Fundação;

IV) participar da elaboração da proposta orçamentária para cada exercício, referente ao custeio da estrutura e administração da Fundação.

Art. 25. Compete ao Diretor Administrativo Financeiro:

I) supervisionar a elaboração do relatório anual de atividades, o planejamento estratégico e os programas a serem desenvolvidos pela Fundação;

II) assinar juntamente com o Diretor Presidente cheques e ordem de pagamento, bem como quaisquer documentos relativos às operações ativas, inclusive a movimentação bancária e outras aplicações financeiras da Fundação;

Ante Paula R. do R.
Promotora de Justiça

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like "Gina", "osul", "15", "Pelo P", "Randy", and "90".

III) supervisionar e controlar as receitas, despesas e aplicações financeiras da Fundação;

IV) dirigir e fiscalizar a contabilidade da Fundação;

V) supervisionar a elaboração da prestação anual de contas e do balanço geral da Fundação;

VI) supervisionar a elaboração da proposta orçamentária para cada exercício referente ao custeio da estrutura e administração da Fundação.



CAPÍTULO VII. DO CONSELHO FISCAL

Dr. João Huguir de Moraes
ADVOGADO
OAB/RJ 10.843 - OAB/GO 1.802-A
CPF 016.407.345-20

Art. 26. O Conselho Fiscal, órgão de fiscalização e controle interno, será composto de 03 (três) integrantes titulares e 03 (três) suplentes, eleitos pelo Conselho Curador, com mandato de 04 (quatro) anos permitida uma reeleição.

§1º Os integrantes efetivos do Conselho Fiscal elegerão, entre si, o Presidente do órgão.

§2º É vedado integrar o Conselho Fiscal pessoa que:

I) se enquadrar nas hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I art. 1º da Lei Complementar nº 64/90;

II) for dirigente de partido político e de titular de mandato eletivo de qualquer ente da federação, ainda que licenciados desse cargo ou funções, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

III) tenha relação de parentesco em linha reta ou colateral até 4º grau com integrantes dos conselhos Curador e Fiscal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros.

Art. 27. O conselheiro suplente substituirá o efetivo nas reuniões a que este não puder comparecer, cabendo-lhe, outrossim, ocupar o cargo em caso de vacância, completando o tempo de mandato do substituído.

Civil
José Paulo de Almeida
Promotor de Justiça

16
[Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page]

Art. 28. Ocorrendo vaga na suplência do Conselho Fiscal, o Conselho Curador se reunirá no prazo máximo de 30 (trinta), para eleger o novo suplente.

Art. 29. O Conselho Fiscal reunir-se-á sempre que convocado por seu Presidente, pela maioria de seus integrantes ou, ainda, pelo Conselho Curador ou pelo Conselho Diretor e a suas decisões serão tomadas por maioria simples de votos, ressalvados os casos expressos em Lei, neste Estatuto ou no Regimento Interno.

Parágrafo único A convocação para as reuniões do Conselho Fiscal será feita com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, mediante correspondência pessoal, postal ou eletrônica, ou por outro meio de transmissão de dados, com comprovante de recebimento e especificação da pauta a ser tratada.

Art. 30. Perderá o mandato, o integrante do Conselho Fiscal que faltar a 03 (três) reuniões consecutivas, ou a 05 (cinco) alternadas, sem se justificar no prazo de 05 (cinco) dias, procedendo à sua substituição na forma prevista no Artigo Vinte e Sete.

Art. 31. Compete ao Conselho Fiscal:

I) examinar os livros contábeis, a documentação de despesas, o estado do caixa e os valores em depósito, com livre acesso aos serviços administrativos, facultando-se-lhe, ainda, requisitar e compulsar documentos;

II) emitir parecer sobre os aspectos econômico-financeiro e patrimonial do relatório anual de atividades apresentado pelo Conselho Diretor da Fundação, bem como sobre a prestação de contas e o balanço patrimonial, encaminhando cópia ao Conselho Curador no prazo de cinco (05) dias, a contar da elaboração;

III) emitir parecer sobre as questões que lhe foram submetidas pelos demais órgãos da Fundação;

IV) convocar por voto da unanimidade de seus integrantes e justificadamente, reuniões do Conselho Curador ou do Conselho Diretor;

V) requisitar livros, documentos, contratos, convênios e quaisquer dados sobre a vida da Fundação, verificando se conformes a este Estatuto e revestidos das formalidades legais;

VI) propor ao Conselho Curador a contratação de auditoria externa e independente quando necessária;

VII) denunciar a existência de irregularidades ao Conselho Curador.



Dr. João Henrique de Menezes
ADVOGADO
OAB/RS 1.832-A
CPF 03.87.344-20

Quinto
Presidente de Justiça

17
1. - m. -

CRIDA
Fe. Nº 196
CONSTITUTIVA

CAPÍTULO VIII
DO EXERCÍCIO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

Art. 32. O exercício da Fundação Espírita Jerônimo Mendonça coincidirá com o ano civil.

Art. 33. O Conselho Diretor apresentará ao Conselho Curador, até 31 de agosto anterior, a proposta orçamentária para o ano subsequente:

§1º A proposta orçamentária será anual e compreenderá:

- I) estimativa de receita, discriminada por fontes de recursos;
- II) fixação da despesa com discriminação analítica.

§2º O Conselho Curador deverá até o dia 30 de dezembro de cada ano, discutir, emendar e aprovar a proposta orçamentária do ano subsequente, não podendo majorar despesas sem indicar os respectivos recursos;

§3º Aprovada a proposta orçamentária ou transcorrido o prazo previsto no Parágrafo anterior sem que se tenha verificado a sua aprovação, fica o Conselho Diretor autorizado a realizar as despesas previstas.

§4º Depois de apreciada pelo Conselho Curador, a proposta orçamentária será encaminhada ao órgão competente do Ministério Público.

Art. 34. A prestação anual de contas, a se efetivar em consonância com os princípios fundamentais e das normas brasileiras de contabilidade, será submetida ao Conselho Curador com base nos demonstrativos contábeis encerrados em 31 de dezembro do ano anterior.

§1º A prestação anual de contas conterá, dentre outros, os seguintes elementos:

- I) relatório circunstanciado de atividades;
- II) balanço patrimonial;
- III) demonstração dos resultados do exercício;
- IV) demonstração das origens e aplicações de recursos;
- V) quadro comparativo entre a despesa fixada e a realizada;
- VI) parecer do Conselho Fiscal.

§2º Depois de apreciada pelo Conselho Curador, a prestação de contas será encaminhada ao órgão competente do Ministério Público.

Dr. João Henrique de Menezes
ADVOGADO
OAB/RJ 10.848 - OAB/GO 1.891-A
CPF 033.407.348-20

Artes Paulo Sérgio de Souza
Promotor de Justiça

CAPÍTULO IX
DA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO



Art. 35. O ESTATUTO DA FUNDAÇÃO ESPIRITA JERONIMO MENDONÇA poderá ser alterado ou reformado por proposta do Presidente do Conselho Curador, do Diretor Presidente, ou de pelo menos 03 (três) integrantes de seus Conselhos Curador e Diretor desde que:

- I) a alteração ou reforma seja discutida em reunião conjunta dos integrantes de seus Conselhos Curador e Diretor, presidida pelo Presidente do primeiro, e aprovada, no mínimo por 2/3 (dois terços) dos votos da totalidade de seus integrantes;
- II) a alteração ou reforma não contrarie ou desvirtue as finalidades da FUNDAÇÃO ESPIRITA JERONIMO MENDONÇA;
- III) seja a reforma aprovada pelo órgão competente do Ministério Público.

Parágrafo único A análise e aprovação da alteração estatutária pelo Ministério Público requer o encaminhamento da ata de reunião conjunta, bem como da respectiva lista de presença e dos documentos comprobatórios de convocação dos membros aptos a deliberar.

Dr. João Nogueira do Monte
ADVOGADO
OAB/MS 10.843 - CARGO 1.802-A
CPF 008.407.248/20

CAPÍTULO X
DA EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO

Art. 36. A FUNDAÇÃO ESPIRITA JERONIMO MENDONÇA extinguir-se-á por deliberação fundamentada de seus conselhos Curador e Diretor aprovada no mínimo por 2/3 (dois terços) dos votos da totalidade de seus integrantes em reunião conjunta, presidida pelo Presidente do primeiro quando se verificar, alternativamente:

- I) tornar-se ilícito o seu objeto ou inútil a sua finalidade;
- II) tornar-se impossível ou nociva a sua manutenção;

Guilherme

Oguelo

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

Art. 37. A extinção da Fundação poderá operar-se administrativa ou judicialmente.

§1º Encerrado o processo de extinção, o patrimônio residual da Fundação será revertido, integralmente, para outra (s) fundação (ões) congêneres, que se proponha (m) a fim igual ou semelhante.

§2º O órgão competente do Ministério Público deverá ser notificado pessoalmente de todas as fases do procedimento de extinção da Fundação.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 38. O corpo de empregados da FUNDAÇÃO ESPIRITA JERONIMO MENDONÇA será admitido, mediante processo de seleção, sob o regime preconizado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), complementada pelas normas internas da instituição.

Art. 39. O órgão competente do Ministério Público, na hipótese de fundados indícios de irregularidades na FUNDAÇÃO ESPIRITA JERONIMO MENDONÇA, poderá contratar, as expensas desta, o serviço de auditoria independente para apuração dos fatos.

Dr. João Roberto de Menezes
ADVOGADO
OAB/RJ 10.549 - C.A.B. 1.602-A
CPF 008.401.346-29

Art. 40. Ao órgão competente do Ministério Público é assegurado assistir às reuniões dos Conselhos da Fundação, com direito de discutir as matérias em pauta, nas condições que tal direito se reconhecer aos integrantes da estrutura da Fundação.

Parágrafo único A Fundação dará ciência ao órgão competente do Ministério Público do dia, hora e local designados para suas sessões ordinárias e extraordinárias, num prazo nunca inferior a 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião.

Art. 41. As reuniões dos órgãos da Fundação serão devidamente atermadas, sendo as respectivas atas submetidas à análise do Ministério Público no prazo de 10 (dez) dias.

Procurador da Fundação

20

Parágrafo único Quando a deliberação contida na ata produzir efeito perante terceiros, esta deverá ser devidamente registrada (ou averbada), conforme o caso, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

Art. 42. A Fundação manterá a escrituração contábil e fiscal em livros próprios, revestidos das formalidades legais e capazes de assegurar a sua exatidão.

Art. 43. A Fundação poderá ser identificada por um símbolo ou logomarca a escolha da maioria do Conselho Curador.

Art. 44. Com a aprovação da presente reforma estatutária extinguem-se todos mandatos vigentes, devendo se realizar nova eleição no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 45. Este estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação, revogando-se as disposições ao contrário.



Ituiutaba, MG, 26 de maio de 2021

Dr. João Nogueira de Mendonça
ADVOGADO
OAB/MG 10.844 - OAB/GO 1.532-A
CPF 038.407.345-20

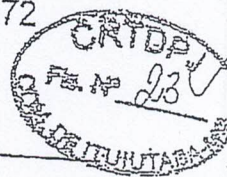
DIRETOR-EXECUTIVO: Maria Gertrudes Coelho - Presidente *[assinatura]*
RG: M331333, SSP/MG, CPF: 122.595.866-00, brasileira, união estável,
Escritora - Endereço: Av. Professor José Vieira de Mendonça nº 1535 ap. 401
Bairro Novo Mundo, Ituiutaba/MG - CEP 38307-117 - Celular: 34 9.9962.7114

VICE-DIRETOR EXECUTIVO: Rita de Cássia Coelho Maluf *[assinatura]*
RG - MG 8836074-SSPMG, CPF: 027.660.076-28, união estável, Pedagoga
Endereço: Rua 32, nº 1421, Centro, Ituiutaba-MG - CEP 38300-086 - Celular
34-99962-5602

DIRETOR FINANCEIRO - Maria Teresa Costa Barboza *[assinatura]*
RG - MG: 13.849.540 - SSPMG, CPF: 078.015.576-97, brasileira, solteira,
Professora - Endereço: Rua Celso Abrão, nº 631, Bairro Independência
Ituiutaba/MG - CEP: 38304-206 - Celular 034-99889-4125

[Assinaturas e rubricas dos membros do Conselho Curador]

PRIMEIRO SECRETÁRIO - Guelce Alves Lima Guelce Alves de Lima
RG-MG-5.525.918 - SSPMG, CPF-715.913.116-91, divorciada; brasileira
Disagnair de Interiores - Endereço: Rua Francisco Salvino Pinto, nº 687 - Setor
Universitário - Ituiutaba-MG CEP- 38302-229 - celular - 034-99150-9872



SEGUNDO SECRETÁRIO: Kenia Braz Kenia Braz
RG - MG: 1.561.680-SSPMG, CPF: 071.621.996-40, brasileira, divorciada,
Funcionária Pública - Endereço: Rua Lion, nº 325, Bairro Jardim Europa -
Ituiutaba-MG, CEP- 38307-624 - Celular 034-99793-4277

PRIMEIRO TESOUREIRO - Reni Aparecida Almeida Reni Aparecida Almeida
RG-MG.587.216 SSPMG, CPF- 796.396.156-68, brasileira, solteira, Contadora
Endereço: Rua Gerônimo Chaves, nº 280, Bairro Jardim do Rosário-Ituiutaba-
MG- CEP-38304-022 - Celular - 034-99677-8602

SEGUNDO-TESOUREIRO - Elton Pimenta Oliveira Elton Pimenta de Oliveira
RG - MG: 11.561.680 SSPMG, CPF: 532.785.426-49, brasileiro, divorciado,
Carpinteiro - Endereço: Rua 34, nº 828 CS - Bairro Progresso, Ituiutaba-MG-
CEP-38302-006 - Celular - 034-99868-7231

VOGAL POR UM ANO - Juliete Maximiano Masson Juliete Maximiano Masson
RG MG 2976.855-SSPMG, CPF: 432 092 206-97, brasileira, casada, professora,
Endereço Rua RD 08, nº 396 - Residencial Drumond Um, CEP- 38302-302 -
Celular - 034-99668-4890

VOGAL POR DOIS ANOS - Oneide Guimarães da Silva Oneide Guimarães da Silva
RG-MG-22518394-SSPMG, CPF-351693116-72, brasileira, casada, professora
- Endereço: Rua Abdalla Mussa, nº 425, Jardim do Rosário, CEP-38304-042 -
Celular- 034-99691-3360

Dr. José Rogério de Almeida
ADVOGADO
OAB/MG 10.849 - OAB/GO 1.802-A
CPF 008.407.346-20

PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL- Luciano Barbosa Silva Luciano Barbosa Silva
RG-6.925.430, CPF - 007.054.106-09, brasileiro, solteiro, Funcionário Público
Endereço: Praça Alan Kardec, nº 91, B. Ipiranga - Ituiutaba- MG - CEP 38302-
082 - Celular - 034-99180-8168

Cyrla
Procuradora de Justiça

Alcides 22 de 2 de 20
Rooming

Marco Antonio de Souza

VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL - Marcos Antonio de Souza, RG
- M 4675166-SSPMG - CPF - 652 450 166-72, brasileiro, solteiro, autônomo,
Endereço: Antônio T Oliveira, 123, Setor Norte - Ituiutaba-MG CEP 38300-244

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL:

Wesley Barbosa Dutra *Wesley Barbosa Dutra*

RG-MG-10 280 169 SSPMG - CPF: 041 640 886-99, brasileiro, casado, técnico
segurança de trabalho. Endereço: Avenida Tiradentes, 628, Bairro Brasil - CEP-
30304-120 - Ituiutaba-MG, celular - 034-99696-7153

Carlos Silva de Oliveira

RG-MG-M-6587796 - CPF: 593466716-53, brasileiro, divorciado, professor,
Endereço: Avenida 29, nº 338, Centro - Ituiutaba-MG CEP-38300-106.
Celular - 034-98412-3223

Maria Helena Araújo

Maria Helena de Araujo
RG-MG-4960 694, CPF-574 389 866-91, brasileira, solteira, costureira,
Endereço: Rua 34, nº 828 - Bairro Progresso, Ituiutaba-MG-CEP-38302-006 -
Celular - 034-99663-8964



Dr. João Nogueira de Menezes
ADVOGADO
OAB/MG 10.645 - OAB/GO 1.802-A
CPF 000.407.346-20

Agente
Julia
Ana Paula Pereira da Silva
Promotora de Justiça

SUMÁRIO



CAPITULO I	
Da denominação, regime jurídico, duração e sede.....	01
CAPITULO II	
Das finalidades.....	02
CAPITULO III	
Do Patrimônio e das receitas.....	04
CAPITULO IV	
Da estrutura orgânica.....	07
CAPITULO V	
Do Conselho Curador.....	08
CAPITULO VI	
Do Conselho Diretor.....	12
CAPITULO VII	
Do Conselho Fiscal.....	16
CAPITULO VIII	
Do Exercício Financeiro e orçamentário.....	18
CAPITULO IX	
Da alteração do Estatuto.....	19
CAPITULO X	
Da extinção da Fundação.....	19
CAPITULO XI	
Das disposições gerais e transitórias.....	20



Fundação Espírita Jerônimo Mendonça

Portaria SEE nº 1406, de 24/04/2002
Rua Dr. Petrônio Rodrigues Chaves, nº 641, Salas 1 e 2 - Ituiutaba - Minas Gerais - Brasil
Telefone: (34) 3251-4353 CNPJ - 04.581.055/01-22

Educar o jovem através da arte com Jesus e transformarmos as prisões em museus.
Maria Gertrudes

ATA Nº. 031/2021

FUNDAÇÃO ESPÍRITA JERÔNIMO MENDONÇA

DATA DA REUNIÃO: 13/07/2021

MOTIVO: ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA - MANDATO 13/07/2021 a 13/07/2025

REGISTRO DO ÚLTIMO ESTATUTO: LIVRO A72, FLS. 55/58 sob n. 2098, 07/07/2021, NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE ITUIUTABA-MG



Aos treze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um às 16:00 horas, reuniram-se os associados da Fundação Espírita Jerônimo Mendonça e convidados, em sua sede à Rua: Dr. Petrônio Rodrigues Chaves, nº 641, em Ituiutaba-MG, para a eleição e posse da nova diretoria para os anos 2021 a 2025.

Os interessados em ocuparem os cargos se manifestaram e a nova diretoria ficou assim aprovada:

CONSELHO CURADOR:

PRESIDENTE: Maria Gertrudes Coelho

VICE-PRESIDENTE: Sonone Luiz Vilela Carvalho Junqueira

MEMBRO CURADOR: Elton Pimenta de Oliveira

CONSELHO DIRETOR:

DIRETOR PRESIDENTE: Maria Gertrudes Coelho

DIRETOR VICE-PRESIDENTE: Renato Dias Freire

DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO: Gildo da Silva Santos

CONSELHO FISCAL: (Integrantes titulares)

1-Antonio das Graças Almeida

2-William Márcio Ferreira

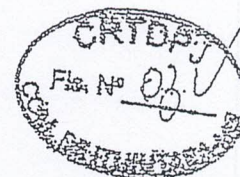
3-Luciano Barbosa Silva

SUPLENTE:

1-Gecira Limas do Rosário

2-Wesley Barbosa Dutra

3-Marcos Antonio de Souza



A Diretoria eleita e aprovada terá seu mandato a partir do registro desta e ter plenos direitos, completando seu mandato em 13 de julho de 2025. Eu Maria Gilberta de Lima Guaracy, secretária "ad-hoc", lavrei, datei e assinei em 13 de julho de 2021 e os demais participantes.

Maria Gilberta de Lima Guaracy

CONSELHO CURADOR

PRESIDENTE - Maria Gertrudes Coelho, brasileira, união estável, escritora - RG - 331.333 - SSPMG - CPF: 122.595.866-00 - Endereço: Av. Professor José Vieira de Mendonça, 1535, ap 401 - B. Novo Mundo - Ituiutaba-MG - CEP 38307-117 - celular 034-99962-7114

Maria Gertrudes Coelho

VICE-PRESIDENTE: Sonone Luiz Vilela Carvalho Junqueira, brasileira, casado, Engenheiro - RG M-22.122 - SSPMG - CPF: 256.958.606-44 - Endereço: Rua 30, nº 193, Centro - Ituiutaba-MG - CEP-38300-084 - celular - 034-99977-9299

Sonone Luiz Vilela Carvalho Junqueira

MEMBRO CURADOR: Elton Pimenta de Oliveira, brasileira, divorciado, carpinteiro - RG - M: 6.556.968 - SSPMG - CPF: 532.785.426-49 - Endereço: Rua 34 nº 828 - B: Progresso - Ituiutaba - MG - CEP-38302-006 - Celular - 034-99868-7231

Elton Pimenta de Oliveira

CONSELHO DIRETOR

DIRETOR PRESIDENTE - Maria Gertrudes Coelho, brasileira, União Estável, escritora - RG - 331.333 - SSPMG - CPF: 122.595.866-00 - Endereço: Av. Professor José Vieira de Mendonça, 1535, ap.401 - B. Novo Mundo - Ituiutaba-MG - CEP:38307-117 - Celular: 034-99962-7114

Maria Gertrudes Coelho

DIRETOR VICE-PRESIDENTE - Renato Dias Freire, brasileira, casado, Fonoaudiólogo - RG- MG-7.254-099 - CPF - 038.804.936-77 - Endereço: Rua Massaenda, nº771- Cidade Jardim - CEP: 38307-834 - Ituiutaba -MG - Celular: 034-98873-3174

Renato Dias Freire

[Signature]

[Signature]

Wesley Barbosa

[Signature]

[Signature]

DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO - Gildo da Silva Santos, brasileira,
casado, Administrador - RG- M3 008342 - SSPMG - CPF- 350.794.286-00 -
Endereço: Av. 23, nº 466 - Centro- Ituiutaba-MG - CEP-38300-114 - CELULAR-
034-99973-3099

CONSELHO FISCAL: (titulares integrantes)

1)- Antonio das Graças Almeida, brasileira, divorciado, advogado - RG-272.498
- SSPMG - CPF-123.206.256.15 - Endereço: Av. 27 nº2455 - Centro - Ituiutaba-
MG - CEP 38300-078 - Celular -034-99688-1335

2) William Márcio Ferreira, brasileira, casado, Auxiliar de logística - RG-MG
8.887-703 - SSPMG - CPF-035.946.396-73 - Endereço: Rua 36, nº 1713- Centro
- Ituiutaba-MG - CEP-38300-090 - Celular- 034-99970-2656

3) Luciano Barbosa Silva, brasileira, solteiro, Funcionário Público - RG: MG-
6.925/430 - SSPMG - CPF: 007054109-09 - Endereço: Praça Alan Kardec, nº 91
Bairro, Ipiranga - Ituiutaba-MG - CEP-38302-082 - Celular - 034-99180-8168

SUPLENTES:

1) Gércia Limas do Rosário, brasileira, solteira, cozinheira, RG-M 7957.698-
SSPMG, CPF - 847.465.136-00, Endereço: Rua 20, nº1026, Casa 9 - Centro -
Ituiutaba-MG CEP-38300-120 - Celular - 034- 99688-4880

2) Wesley Barbosa Dutra, brasileira, casado, Técnico segurança do trabalho -
RG-MG- 10.280.169 - SSPMG - CPF: 041.640.886-99 - Endereço: Av.
Tiradentes, nº 628, Bairro Brasil - Ituiutaba-MG - CEP- 38304-120 - Celular: 034-
99696-7153

3) Marcos Antonio de Souza, brasileira, solteiro, Autônomo - RG-M-4.675.166 -
SSPMG - CPF: 652.450.166-72 - Endereço: Rua Antonio T Oliveira, nº 123 -
Setor Norte - Ituiutaba-MG - CEP-38300-244 - Celular: 034-99104-3504

**RELAÇÃO NOMINAL DOS DIRIGENTES DA FUNDAÇÃO ESPÍRITA
JERÔNIMO MENDONÇA-2021/2025**

CONSELHO CURADOR

PRESIDENTE - Maria Gertrudes Coelho, brasileira, união estável, escritora - RG – 331.333 – SSPMG - CPF: 122.595.866-00 - Endereço: Av. Professor José Vieira de Mendonça, 1535, ap 401 - B. Novo Mundo – Ituiutaba-MG – CEP 38307-117 - celular 034-99962-7114

VICE-PRESIDENTE: Sonone Luiz Vilela Carvalho Junqueira, brasileira, casado, Engenheiro - RG M-22.122 –SSPMG - CPF: 256.958.606-44 - Endereço: Rua 30, nº 193, Centro – Ituiutaba-MG – CEP-38300-084 – celular – 034-99977-9299

MEMBRO CURADOR: Elton Pimenta de Oliveira, brasileira, divorciado, carpinteiro - RG – M: 6.556.968 – SSPMG - CPF: 532.785.426-49 - Endereço: Rua 34 nº 828 – B. Progresso - Ituiutaba- MG –CEP-38302-006 - Celular – 034-99868-7231

CONSELHO DIRETOR

DIRETOR PRESIDENTE - Maria Gertrudes Coelho, brasileira, União Estável, escritora - RG – 331.333 – SSPMG - CPF: 122.595.866-00 - Endereço: Av. Professor José Vieira de Mendonça, 1535, ap.401 - B. Novo Mundo – Ituiutaba-MG – CEP:38307-117 – Celular: 034-99962-7114

DIRETOR VICE-PRESIDENTE – Renato Dias Freire, brasileira, casado, Fonoaudiólogo - RG- MG-7.254-099 – CPF – 038.804.936-77 - Endereço: Rua Mussaenda, nº771- Cidade Jardim – CEP: 38307-834 – Ituiutaba –MG - Celular: 034-98873-3174

DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO – Gildo da Silva Santos, brasileira, casado, Administrador - RG- M3 008342 – SSPMG – CPF- 350.794.286-00 - Endereço: Av. 23, nº 466 – Centro- Ituiutaba-MG – CEP-38300-114 – CELULAR- 034-99973-3099

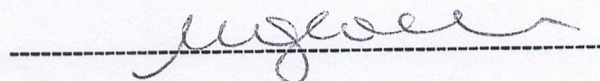


CONSELHO FISCAL: (titulares integrantes)

1)– Gecira Limas do Rosário – Suplente - RG M-7 957.598 SSP-MG CPF 847.465.136-00 Endereço: Rua 12ª 108 cx 2– Centro – Ituiutaba-MG - CEP 38300064 – Celular -034-99688-4880

2) William Márcio Ferreira, brasileira, casado, Auxiliar de logística - RG-MG 8.887-703 –SSPMG - CPF-035.946.396-73 - Endereço: Rua 36, nº 1713- Centro – Ituiutaba-MG - CEP-38300-090 – Celular- 034-99970-2656

3) Luciano Barbosa Silva, brasileira, solteiro, Funcionário Público - RG: MG-6.925.430 - SSPMG - CPF: 007054109-09 - Endereço: Praça Alan Kardec, nº 91 Bairro Ipiranga - Ituiutaba-MG – CEP-38302-082 - Celular – 034-99180-8168



Fundação Espirita Jeronimo Mendonça

Maria Gertrudes Coelho

Presidente

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS

COMARCA DE ITUIUTABA - MG

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

matrícula
34.227

folha
01

Ituiutaba, 16 de outubro de 2.001.

IMÓVEL: O lote de terrenos situado NESTA CIDADE, no BAIRRO SATELITE ANDRADINA, com frentes para as RUAS JOSÉ JOAQUIM DA CUNHA, JOÃO-JORGE, Dr. PETRÔNIO RODRIGUES CHAVES e AVENIDA OSÓRIO PAULINO DE OLIVEIRA, compreendendo a totalidade da quadra nº 02, dig: da quadra nº 02, compreendida pelas vias públicas acima referidas, cadastrado sob nº NO.11.15.01A.01, com a área de 6.195,00 m², medindo 152,00 m de frente para a rua Dr. Petronio Rodrigues Chaves; 143,00 m de lado oposto a esta rua, confrontando com a rua José Joaquim da Cunha; 42,74 m de frente para a rua João Jorge; e 42,00 m na face oposta a esta rua, confrontando com a avenida Osório Paulino de Oliveira; sem benfeitorias. **PROPRIETÁRIA:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 18.457.218/0001-35. Registros anteriores: R-2-22.756 a R-2-22.784 inclusive, datados de 21/02/1.994. Aberta a presente matrícula para unificação dos lotes nºs. 01 a 09, objeto das matrículas nºs. 22.756 a 22.784 inclusive, conforme requerimento da interessada, firmado nesta cidade, aos 15/10/2.001, instruído com documentos hábeis, protocolado neste Registro, no livro 1-K, sob nº 144.507.

A OFICIAL SUBSTITUTA, *puta Garcia dos Santos*

R-01-34.227 - Ituiutaba, 28/Agosto/2002. Prot. 1-K, fls. 155v2., sob nº 147.561. **DOAÇÃO** - Pela escritura do dia 31/10/2001, lavrada às fls. 158 e v2., do Livro 190, do 3º Tabelionato de Notas Local, a Prefeitura Municipal de Ituiutaba, já qualificada, deu o imóvel da presente, no valor de R\$-5.000,00, a **FUNDAÇÃO JERONIMO MENDONÇA**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF nº. 04.681.006/0001-22, com sede nesta cidade, na Rua Dr. Petronio Rodrigues Chaves, nº 641, Bairro Sateélite Andradina.

A OFICIAL SUBSTITUTA, *puta Garcia dos Santos*



SEGUNDO SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Rua 20, 650, Térreo, Edifício Executivo, Centro, Ituiutaba, MG - CEP: 38300-074. Telefone: (34) 3251-2742

Oficial: Denise Garcia de Paula | Substituto: Djalmar Franco Macedo | Escrevente: Igor Augusto Azambuja.

CERTIFICO, na forma do art. 19, § 1º, da Lei 6.015/73, que a presente é reprodução autêntica do inteiro teor da matrícula a que se refere.

Dois de, Ituiutaba, 30 de outubro de 2003

Djalmar F. Macedo
Oficial / Substituto

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA			
DELEGADO SUBSTITUTO	HEN 10109	CODIGO DE REG.	2719678/21238663
Quantidade de atos praticados:	1		
Emolumentos	R\$24,92	Total	R\$35,74
Recuperação	R\$1,00	ISSUIN	R\$1,00
Taxa de Matrícula	R\$9,83	Total com ISSUIN	R\$35,74



M-34.227.
Folha nº 01.

Contratado: (I) **Banco do Brasil S.A.**, com sede em Brasília, Distrito Federal, por sua agência 0204-6 - ITUIUTABA (MG), inscrita no CNPJ n.º 000.000/0204-60, (II) **Associação de Poupança e Empréstimo - Pouplex**, CNPJ n.º 00.655.522/0001-21, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede em Brasília, Distrito Federal, na qualidade de gestora do produto da Poupança Pouplex, doravante denominada **Pouplex**, por intermédio do **Banco do Brasil S.A.**.

Proponente/Contratante: FUNDACAO ESPIRITA JERONIMO MENDONCA, CNPJ n.º 04.681.006/0001-22, SERV COMUNITARIOS E SOCIAIS NAO ESPECIF OU NAO CLASS, sediada à R RUA DOUTOR PETRONIO RODRIGUES CHAVES , 641, CEP 38.308-004, telefone(s) (34) 3261-5653.

Dirigente(s)

Nome	CPF
GILDO DA SILVA SANTOS	350.794.286-00
MARIA GERTRUDES COELHO	122.595.866-00

Contas da conta

Agência 0204-6, Conta-Corrente n.º 68.398-1, Poupança Ouro n.º 510.068.398-4 e Poupança Pouplex n.º 960.068.398-6 abertas em 06/05/2021.

Declarações e autorizações

O(s) **Proponente(s)/Contratante(s)** declara(m)-se estar ciente(s) e autoriza(m) o BANCO DO BRASIL S.A. a disponibilizar todos os seus dados, às empresas do seu conglomerado ou aos seus prestadores de serviço, com a finalidade específica de realizar as atividades necessárias à plena execução deste Instrumento, ao cumprimento das obrigações legais e ou regulatórias a ele vinculadas e para garantia da prevenção à fraude e à segurança.

O(s) **Dirigentes(s)** declara(m)-se estar ciente(s) e autoriza(m) o BANCO DO BRASIL S.A. a disponibilizar todos os seus dados pessoais, inclusive os sensíveis, às empresas do seu conglomerado ou aos seus prestadores de serviço, com a finalidade específica de realizar as atividades necessárias à plena execução deste Instrumento, ao cumprimento das obrigações legais e/ou regulatórias a ele vinculadas e para garantia da prevenção à fraude e à segurança.

O tratamento e processamento de dados pessoais dos dirigentes pelo BANCO DO BRASIL S.A. será realizado com o propósito de permitir a plena e adequada execução do objeto desta Proposta/Contrato, bem como para o cumprimento de obrigação legal e/ou regulatória, em observância aos princípios e regras estabelecidas nas legislações sobre proteção de Dados Pessoais vigentes, incluindo, mas não se limitando à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

O(s) **Dirigentes(s)**, igualmente para os fins de cumprimento da LGPD, autoriza(m) que seus dados pessoais, inclusive os sensíveis, sejam utilizados em situações relacionadas aos processos de contratação e condução do objeto desta Proposta/Contrato, os quais serão mantidos sob estreita proteção e segurança de acessos.

O(s) **Dirigente(s)** declara(am) estar ciente(s) que o BANCO DO BRASIL S.A. poderá manter e tratar, em meio físico ou eletrônico, os seus dados pessoais que sejam necessários para a execução desta Proposta/Contrato ou para cumprimento de obrigações legais e regulatórias ou, ainda, para garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, assegurando, mediante requerimento a ser encaminhado por meio eletrônico, o direito de acesso facilitado às informações



considere que a solução dada à ocorrência registrada anteriormente mereça revisão, deve entrar em contato com a Ouvidoria BB pelo 0800-729-5678. Privacidade e Proteção de Dados Pessoais: bb.com.br/privacidade.

* Custos de ligações locais e impostos serão cobrados conforme o Estado de origem. No caso de ligação via celular, custos da ligação mais impostos conforme a operadora.

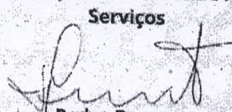
Declara, sob as penas da lei, que as informações constantes deste documento são verdadeiras.

Local e data

ITUIUTABA (MG), 16/01/2025

Contratado

Diretoria de Soluções em Meios de Pagamentos e
Serviços


Pedro Bramont
Diretor**Proponente/Contratante**

Razão Social: FUNDACAO ESPIRITA JERONIMO MENDONCA
CNPJ: 04.681.006/0001-22



PREFEITURA DE ITUIUTABA

LEI N. 3.549 - DE 24 DE JUNHO DE 2002
Declara de Utilidade Pública a Fundação Jerônimo Mendonça

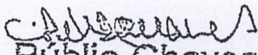
A Câmara Municipal de Ituiutaba decreta e eu sanciono a seguinte lei:

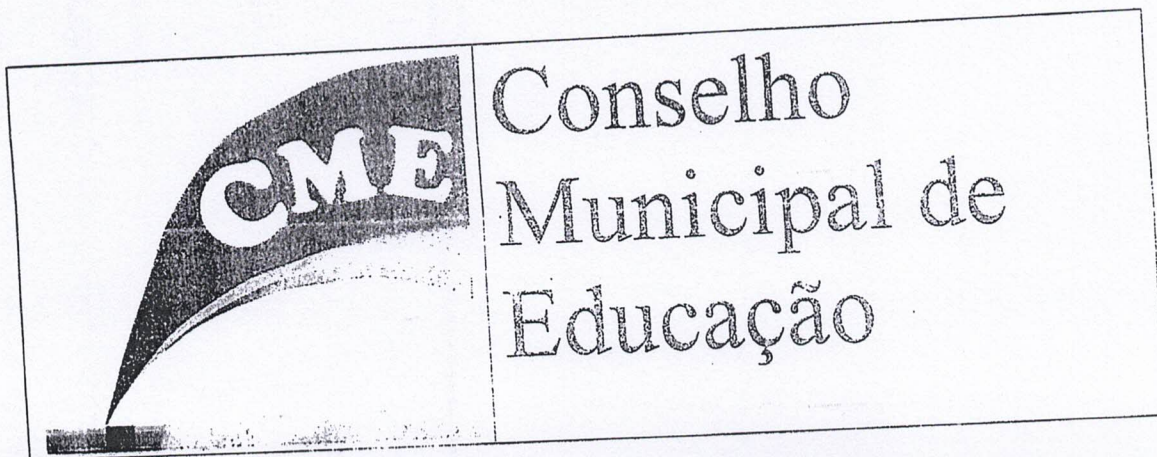
Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a **FUNDAÇÃO JERÔNIMO MENDONÇA**, sediada nesta cidade.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Ituiutaba, em 24 de junho de 2002.


Públio Chaves
- Prefeito de Ituiutaba -

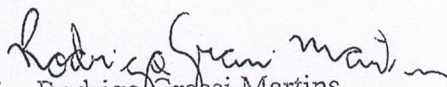


CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO

Certifico para os devidos fins que a entidade Fundação Espírita Jerônimo Mendonça, sediada na Cidade de Ituiutaba na Rua Petrônio Rodrigues Chaves, 641 – Bairro Satélite Andradina, inscrito no CNPJ sob número 04.681.006/0001-22, estando em pleno e regular funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias no que concerne as atividades na área de Educação. Seus diretores são pessoas idôneas, não sendo sua diretoria remunerada.

Por ser verdade firmo o presente.

Ituiutaba, 10 de janeiro de 2023


Rodrigo Grassi Martins

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Declara de utilidade pública a entidade Ponto Cultural com sede em

Declara de utilidade pública a entidade Ponto Cultural com sede

FERDÖ;

FERDÖ

o cargo, em comissão, do SECRETÁRIO-GERAL, da Superintendência Regional

o cargo, em comissão, do SECRETÁRIO-EXECUTIVO, símbolo-1, da Superintendência Regional de Segurança Pública, lotado

DIÁRIO OFICIAL

República Federativa do Brasil



segunda-feira, 3 de setembro de 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3415, de 19 de abril de 2000, e com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, resolve:

Nº 1.475 - Art. 1º Declarar de Utilidade Pública Federal as seguintes instituições:

- I - A.D.J. - ASSOCIAÇÃO DE DIABETES JUVENIL DA REGIÃO NOROESTE PAULISTA, com sede na cidade de Birigui, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ nº 59.768.069/0001-02 (Processo MJ nº 08071.019629/2007-86);
- II - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CARIDADE CRISTA - SBCC, com sede na cidade de Paltóca, Estado de Santa Catarina, registrada no CNPJ nº 05.937.587/0001-83 (Processo MJ nº 08071.008924/2007-15);
- III - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO À PESSOA DEFICIENTE - ACAPED, com sede na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ nº 20.736.260/0001-37 (Processo MJ nº 08071.000600/2007-21);
- IV - ASSOCIAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE INDEPENDÊNCIA, com sede na cidade de Independência, Estado do Ceará, registrada no CNPJ nº 04.862.598/0001-89 (Processo MJ nº 08071.007280/2007-30);
- V - CASA DE MARIA, com sede na cidade de Itapobi, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ nº 05.576.025/0001-51 (Processo MJ nº 08071.000987/2006-34);
- VI - CASA TRANSITÓRIA IRMA DULCE, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, registrada no CNPJ nº 26.561.514/0001-00 (Processo MJ nº 08071.001019/2006-15);
- VII - CENTRO ESPÍRITA ABIBE ISPER - CEAL, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, registrado no CNPJ nº 05.407.763/0001-75 (Processo MJ nº 08071.000776/2007-82);
- VIII - CLUBE DAS MÃES UNIDAS, com sede na cidade de Londrina, Estado do Paraná, registrado no CNPJ nº 78.032.653/0001-40 (Processo MJ nº 08071.000195/2007-41);
- IX - CRECHE DA ILHA, com sede na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ nº 66.231.119/0001-82 (Processo MJ nº 08071.002753/2007-16);
- X - CRUZ VERMELHA BRASILEIRA - FILIAL DO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA, com sede na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro, registrada no CNPJ nº 07.550.039/0001-21 (Processo MJ nº 08071.010771/2006-87);
- XI - ESPAÇO PROGREDIR, com sede na cidade de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, registrado no CNPJ nº 05.553.848/0001-61 (Processo MJ nº 08071.007469/2007-22);
- XII - ESQUADRÃO VIDA PARA ADOLESCENTES, com sede na cidade de Cachava, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ nº 02.969.654/0001-53 (Processo MJ nº 08071.002098/2006-10);
- XIII - FUNDAÇÃO ESPÍRITA HERONIMO MENDONÇA, com sede na cidade de Itumbiara, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ nº 04.604.006/0001-22 (Processo MJ nº 08071.002539/2004-67);
- XIV - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ONCO-HEMATOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, com sede na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, registrada no CNPJ nº 03.006.500/0001-29 (Processo MJ nº 08071.006915/2006-09);
- XV - GRUPO ESPÍRITA DA PAZ, com sede na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, registrado no CNPJ nº 03.812.328/0001-09 (Processo MJ nº 08000.007967/00-06);
- XVI - INSTITUTO DAS FILHAS DE MARIA IMACULADA, com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, registrado no CNPJ nº 30.856.469/0001-10 (Processo MJ nº 08026.000627/2006-88);
- XVII - SEMENTES DO AMANHÃ / INSTITUIÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMEA, com sede na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ nº 05.162.747/0001-60 (Processo MJ nº 08071.019628/2007-31).

Art. 2º As entidades de que trata esta Portaria ficam obrigadas a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços que houverem prestado a coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e despesa realizada no período, ainda que não tenham sido subvencionadas, conforme preceitua os artigos 5º do Decreto nº 50.517, de 1961, e 4º da Lei nº 91, de 1935.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. a



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FUNDAÇÃO ESPIRITA JERONIMO MENDONÇA
CNPJ: 04.681.006/0001-22

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:41:02 do dia 29/10/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 27/04/2025.

Código de controle da certidão: **FDC2.FE12.0B58.7CA2**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MUNICIPIO DE ITUIUTABA
Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento
Departamento de Receita
38300-132 - Avn 17, 1084 CENTRO ITUIUTABA MG
www.ituiutaba.mg.gov.br

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Número 454726/2025

Data Geração: 16/01/2025

Data Validade: 16/04/2025

Certificamos que não constam em nome do sujeito passivo identificado, nesta data, débitos com a Fazenda Pública Municipal, ressalvando o direito do município de cobrar quaisquer débitos que vierem a ser conhecidos e apurados após a expedição desta certidão.

Identificação

Crc	49031
Contribuinte	FUNDAÇÃO ESPIRITA JERONIMO MENDONÇA
CNPJ ou CPF	04.681.006/0001-22
Inscrição Estadual ou RG	
Endereço	38308-004 - Rua DOUTOR PETRONIO RODRIGUES CHAVES, 641
Bairro	SATELITE ANDRADINA Cidade: ITUIUTABA Estado: MG

Data Emissão: 16/01/2025

Tanto a veracidade da informação quanto a manutenção da condição de não devedor poderá ser verificada na seguinte página da Internet:

<https://www.ituiutaba.mg.gov.br>

Número: 454726/2025

Inscrição: 49031

ATENÇÃO: Qualquer rasura ou emenda **INVALIDARÁ** este documento.

Certidão Emitida Gratuitamente

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 04.681.006/0001-22
Razão Social: FUNDACAO JERONIMO MENDONCA
Endereço: RUA DR PETRONIO RODRIGUES CHAVES 641 / SATELITE ANDRADINA / ITUIUTABA /
MG / 38308-148

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 07/01/2025 a 05/02/2025

Certificação Número: 2025010702561213317672

Informação obtida em 16/01/2025 10:13:46

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS****CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS****Negativa**CERTIDÃO EMITIDA EM:
16/01/2025CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
16/04/2025

NOME: FUNDAÇÃO ESPIRITA JERONIMO MENDONÇA

CNPJ/CPF: 04.681.006/0001-22

LOGRADOURO: RUA DOUTOR PETRONIO RODRIGUES CHAVES

NÚMERO:

COMPLEMENTO:

BAIRRO: SATELITE ANDRADINA

CEP: 38308004

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: ITUIUTABA

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

**A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br>
=> Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.**

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2025000837775688



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO ESPIRITA JERONIMO MENDONCA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 04.681.006/0001-22

Certidão nº: 2977521/2025

Expedição: 16/01/2025, às 10:11:09

Validade: 15/07/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO ESPIRITA JERONIMO MENDONCA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.681.006/0001-22**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DE MINAS GERAIS

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : HELENICE MARIA DE SOUZA PAULA
REGISTRO..... : MG-071282/O-8
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.446.966-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MINAS GERAIS, 20/01/2025 as 10:53:10.

Válido até: 20/04/2025.

Código de Controle: 805032.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMG.

FUNDACAO ESPIRITA JERONIMO
MENDONCA
RUA PETRONIO ANDRADE CHAVES
641 CO
SATELITE ANDRADINA
ITUIUTABA - MG
CEP: 38308004
CNPJ: 04.681.099/0001-99

Nº DO CLIENTE: 7005623879

Nº da Instalação		Subclasse		Classe
3005635216		Outros Serviços		
Data de Leitura		Subclasse Ativa		Modalidade Tarifária
Anterior	Atual	Próxima		Tarifa
06/12	07/01	04/02		Convencional



Controle: 32043/117146/0091 Data da Impressão: 07/01/2025 06:49:59
NOTA FISCAL: 225611355 Série: 000 Data de emissão: 07/01/2025

Chave de acesso: 31250106981180000116660002265113552054616878
EMITIDA EM CONTINGÊNCIA - PENDENTE DE AUTORIZAÇÃO
Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica
Consulte a chave de acesso em: <http://www.sped.fazenda.mg.gov.br/spedmg/>

Tipo de Medição	Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Multiplicação	Consumo kWh
Energia Elétrica	ARB146001096	42672	43200	1	528

Itens da fatura	Unid.	Quant.	Preço unit.	Valor	PIS/COFINS	Base Calc. ICMS	Alíquota ICMS	ICMS	Tarifa unit.
Energia Elétrica	kWh	628	1,01112671	633,86	15,53	633,86	18,00	96,09	0,79969000
Contrib.Custeio Ilum. Pública				66,97					

Total	599,82	15,53	533,85	96,09	Pág 1 de 1
--------------	---------------	--------------	---------------	--------------	-------------------

REFERENTE A	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
JAN/2025	22/01/2025	R\$ 599,82
	Base de Cálculo (R\$):	Alíquota %:
ICMS	633,86	18,00
ICMS	437,76	0,63
PASEP	437,76	2,92
COFINS		
		Valor (R\$):
		R\$ 96,09
		R\$ 2,76
		R\$ 12,78
Mês/Ano	Consumo de Energia kWh	Dias de Faturam.
JAN/2025	528	32
FEV/2024	643	31
NOV/2024	527	28
OUT/2024	811	33
SET/2024	701	31
AGO/2024	523	31
JUL/2024	676	30
JUN/2024	734	33
MAI/2024	746	28
ABR/2024	783	30
MAR/2024	933	33
FEV/2024	335	28
JAN/2024	483	31

PEZ/24-Band-Verde-JAN/25-Band-Verde-Tarifa vigente conforme Res. Anel nº 3.920, de 21/05/2024. Redução alíquota ICMS conforme Lei Complementar 194/22. O pagamento desta conta não quita débitos anteriores. Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no vencimento das mesmas. É dever do consumidor manter os dados cadastrais sempre atualizados e informar alterações da atividade exercida no local. Faça sua adesão para recebimento da conta de energia por e-mail acessando www.cemig.com.br. Leitura realizada conf. calendário de faturamento.

Fale com a Cemig 116 - Se o número não estiver disponível na sua cidade, ligue 0800 7210 116. Deficientes auditivos - 0800 723 8007 - Ouvidoria Cemig 0800 728 3838



0000 CÓDIGO DE DÉBITO
AUTOMÁTICO 164
JAN/2025

22 OCT 2025

R\$ 599,82

3005635216

816500000005-1 9982013800068759434749411-2 00056352140





MUNICIPIO DE ITUIUTABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS
ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Alvará Nº: 1980 / 2024

Inscrição Municipal
12124

CCM
12124

CNPJ/CPF
04.681.006/0001-22

FICA CONCEDIDO A

FUNDAÇÃO ESPIRITA JERONIMO MENDONÇA

NOME FANTASIA

FUNDAÇÃO ESPIRITA JERONIMO MENDONÇA

LICENÇA PARA SE ESTABELECEER

Rua DOUTOR PETRONIO RODRIGUES CHAVES, 641
SATELITE ANDRADINA
38308-004 ITUIUTABA/MG

ATIVIDADE PRINCIPAL

ASSIS SOCIAL SEM FINS LUCRATIVOS

Descrição Atividade

CASAS DE REPOUSO E DE RECUPERAÇÃO, CRECHES, ASILOS E CONGÊNERES.

Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.

Descrição Adicional

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

De Segunda a Sexta-feira das 8:00 AS 18:00 e Sábado de 8:00 às 12:00 Horas

OBSERVAÇÃO:

POSSUI AUTO VISTORIA CORPO BOMBEIROS(AVCB)VÁLIDO ATÉ: 02/02/2028 + N.F: 27/06/2025.

EXERCÍCIO	INÍCIO ATIVIDADE	Nº PROCESSO	ANO PROCESSO	VALIDADE	DATA EMISSÃO
2024	04/10/2001			28/02/2025	27/06/2024

Luciene Dantas de Goes Moura
Fiscal de Postura

Mônica Marolini Rizza
Chefe de seção de
Fiscalização de Postura
Portaria 131/2024

Aguinaldo Moura da Silva
Seção de F. Postura
Mat. 3080



AVCB

AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS

www.bombeiros.mg.gov.br

Nº: PRJ20220305241

VALIDADE: 02/02/2028

O Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais certifica que a edificação, ou área de risco, abaixo descrita, possui as medidas de segurança previstas na legislação estadual de Segurança Contra Incêndio e Pânico vigente, considerando as informações no respectivo Processo de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP).

Endereço: RUA DR. PETRONIO RODRIGUES CHAVES, nº 641

Bairro: SATELITE ANDRADINA

Município: ITUIUTABA

Ocupação: E-5

Pública: *****

Proprietário: 04.681.006/0001-22 - PROJETO DE PREVENÇÃO FUNDAÇÃO ESPIRITA JERONIMOMENDONÇA

Responsável pelo Uso: 04.681.006/0001-22 - PROJETO DE PREVENÇÃO FUNDAÇÃO ESPIRITA JERONIMOMENDONÇA

Área Total: 1.188,4 m²

Área Liberada: 1.188,4 m²



Emitido em: 02/02/2023

Última Atualização: 02/02/2023 22:49:31

Lei 14.130/2004 - Dispõe sobre prevenção Contra Incêndio e Pânico do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS

OBSERVAÇÕES

- Cabe ao proprietário ou responsável pelo uso, garantir o perfeito funcionamento das medidas de segurança contra incêndio e pânico, bem como manter a ocupação e as características construtivas da edificação, conforme o respectivo PSCIP.

- A edificação poderá ser vistoriada para fins de fiscalização pelo CBMMG a qualquer tempo e, caso seja verificada situação de irregularidade, a Corporação tomará as medidas previstas na legislação, que incluem advertência, multas e cassação deste AVCB, além de interdição da edificação.

- Este é o AVCB emitido pelo INFOSCIP. Caso haja necessidade de verificar a autenticidade deste documento acesse o link:

<https://www.prevencaobombeiros.mg.gov.br/atip/f/v/validaravobman>

Chave de Autenticação: 41A8-E72D-F179-B885.



Fundação Espírita Jerônimo Mendonça

Rua Dr. Petrônio Rodrigues Chaves, nº 641
Bairro Satélite Andradina – Ituiutaba – Minas Gerais – Brasil
Telefone: (34) 3261.5653

Ituiutaba, MG, 24 de janeiro 2025

DECLARAÇÃO

Maria Gertrudes Coelho, presidente da Fundação Espírita Jerônimo Mendonça, CPF 122.595.866-00, declaro para os devidos fins que a Fundação Espírita Jerônimo Mendonça iniciou suas atividades educacionais em 24/04/2002, conforme Portaria SEE Nº 1406 e que seu Estatuto atende aos art. 33 e 34 da Lei Federal nº 13019/14.

Fundação Espírita Jerônimo Mendonça

Maria Gertrudes Coelho

Presidente



Fundação Espírita Jerônimo Mendonça

Rua Dr. Petrônio Rodrigues Chaves, nº 641
Bairro Satélite Andradina – Ituiutaba – Minas Gerais – Brasil
Telefone: (34) 3261.5653

Ituiutaba, MG, 24 de janeiro 2025

DECLARAÇÃO

Maria Gertrudes Coelho, presidente da Fundação Espírita Jerônimo Mendonça, CPF 122.595.866-00, declara para os devidos fins e sob penas da lei que Helenice Maria de Souza Paula, CPF 753.446.966, CRC MG-071282/0-8 é o contador responsável pela referida entidade e que seu registro está regular junto ao Conselho Regional de Contabilidade, conforme cópia anexa.

Fundação Espírita Jerônimo Mendonça

Maria Gertrudes Coelho

Presidente



Fundação Espírita Jerônimo Mendonça

Rua Dr. Petrólio Rodrigues Chaves, nº 641
Bairro Satélite Andradina – Ituiutaba – Minas Gerais – Brasil
Telefone: (34) 3261.5653

Ituiutaba, MG, 24 de janeiro 2025

DECLARAÇÃO

Maria Gertrudes Coelho, presidente da Fundação Espírita Jerônimo Mendonça, CPF 122.595.866-00, declara que Gildo da Silva Santos, portador do CPF 350.794.286-00, atua como gestor do controle administrativo e financeiro da entidade, e de execução da parceria celebrada com a Prefeitura Municipal.

Declaro ter conhecimento e estar ciente das responsabilidades previstas na Lei Federal nº 13.019/2014

Fundação Espírita Jerônimo Mendonça

Maria Gertrudes Coelho

Presidente



Fundação Espírita Jerônimo Mendonça
Rua Dr. Petrólio Rodrigues Chaves, nº 641
Bairro Satélite Andradina – Ituiutaba – Minas Gerais – Brasil
Telefone: (34) 3261.5653

Ituiutaba, MG, 24 de janeiro 2025

DECLARAÇÃO

Maria Gertrudes Coelho, presidente da Fundação Espírita Jerônimo Mendonça, CPF 122.595.866-00, certifico que os dirigentes e conselheiros da referida entidade, cujo período de atuação é de 13/07/2021 a 13/07/2025, são:

Presidente: Maria Gertrudes Coelho CPF 122.595.866-00; Vice-Presidente Sonome Vilela Carvalho Junqueira, CPF 256.958.606-44; Membro Curador: Elton Pimenta de Oliveira, CPF 532.795.426-49; CONSELHO DIRETOR: Diretor Presidente Maria Gertrudes Coelho, CPF 122.595.866-00; Diretor Vice-Presidente: Renato Dias Freire, CPF 038.804.936-77; Diretor Administrativo Financeiro: Gildo da Silva Santos, CPF 350.794.286-00; CONSELHO FISCAL: Willian Márcio Ferreira, CPF 035.946.396-73, Gecira Limas do Rosário, CPF 847.465.136-00 – SUPLENTE.

Fundação Espírita Jerônimo Mendonça

Maria Gertrudes Coelho

Presidente



Fundação Espírita Jerônimo Mendonça

Rua Dr. Petrônio Rodrigues Chaves, nº 641
Bairro Satélite Andradina – Ituiutaba – Minas Gerais – Brasil
Telefone: (34) 3261.5653

Ituiutaba, MG, 24 de janeiro 2025

DECLARAÇÃO

Maria Gertrudes Coelho, presidente da Fundação Espírita Jerônimo Mendonça, CPF 122.595.866-00, declaro não haver contratação de parentes ou empresas, inclusive por a finidade, de dirigentes vinculados a este objeto, bem como membros do Poder Público.

Fundação Espírita Jerônimo Mendonça

Maria Gertrudes Coelho

Presidente



Fundação Espírita Jerônimo Mendonça
Rua Dr. Petrólio Rodrigues Chaves, nº 641
Bairro Satélite Andradina – Ituiutaba – Minas Gerais – Brasil
Telefone: (34) 3261.5653

Ituiutaba, MG, 24 de janeiro 2025

DECLARAÇÃO

Maria Gertrudes Coelho, presidente da Fundação Espírita Jerônimo Mendonça, CPF 122.595.866-00, declara para os devidos fins que a Fundação Espírita Jerônimo Mendonça compromete em aplicar os recursos repassados de acordo com o art. 51 da Lei 13.019/2014, bem como prestar contas na forma dos artigos 63 a 68 da mesma lei.

Fundação Espírita Jerônimo Mendonça

Maria Gertrudes Coelho

Presidente



Fundação Espírita Jerônimo Mendonça
Rua Dr. Petrólio Rodrigues Chaves, nº 641
Bairro Satélite Andradina – Ituiutaba – Minas Gerais – Brasil
Telefone: (34) 3261.5653

Ituiutaba, MG, 24 de janeiro 2025

DECLARAÇÃO

Maria Gertrudes Coelho, presidente da Fundação Espírita Jerônimo Mendonça, CPF 122.595.866-00, declara para os devidos fins e sob penas da lei, que não integram a respectiva diretoria agentes políticos do governo concedente.

Fundação Espírita Jerônimo Mendonça

Maria Gertrudes Coelho

Presidente



Fundação Espírita Jerônimo Mendonça
Rua Dr. Petrólio Rodrigues Chaves, nº 641
Bairro Satélite Andradina – Ituiutaba – Minas Gerais – Brasil
Telefone: (34) 3261.5653

Ituiutaba, MG, 24 de janeiro 2025

DECLARAÇÃO

Maria Gertrudes Coelho, presidente da Fundação Espírita Jerônimo Mendonça, CPF 122.595.866-00, declara para devidos fins e sob penas da lei, que a formalização do Termo de Parceria com o Município de Ituiutaba, não contraria o Estatuto da entidade e que a mesma está em dia com as prestações de contas referente aos recursos.

Fundação Espírita Jerônimo Mendonça

Maria Gertrudes Coelho

Presidente



Fundação Espírita Jerônimo Mendonça
Rua Dr. Petrônio Rodrigues Chaves, nº 641
Bairro Satélite Andradina – Ituiutaba – Minas Gerais – Brasil
Telefone: (34) 3261.5653

Ituiutaba, MG, 24 de janeiro 2025

DECLARAÇÃO

Maria Gertrudes Coelho, presidente da Fundação Espírita Jerônimo Mendonça, CPF 122.595.866-00, declara para os devidos fins que a Fundação Espírita Jerônimo Mendonça iniciou suas atividades educacionais em 24/04/2002, conforme Portaria SEE nº 1406 e que seu Estatuto atende aos art. 33 e 34 da Lei Federal nº 13.019/14.

Fundação Espírita Jerônimo Mendonça

Maria Gertrudes Coelho

Presidente



Fundação Espírita Jerônimo Mendonça
Rua Dr. Petrônio Rodrigues Chaves, nº 641
Bairro Satélite Andradina – Ituiutaba – Minas Gerais – Brasil
Telefone: (34) 3261.5653

Ituiutaba, MG, 24 de janeiro 2025

DECLARAÇÃO

Maria Gertrudes Coelho, presidente da Fundação Espírita Jerônimo Mendonça, CPF 122.595.866-00, declara para os devidos fins que a Fundação Espírita Jerônimo Mendonça não possui em seu quadro de colaboradores pessoas menores de idade ou trabalho escravo, conforme o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Fundação Espírita Jerônimo Mendonça

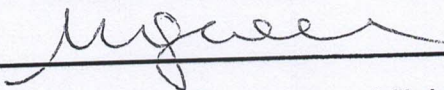
Maria Gertrudes Coelho

Presidente

**RELAÇÃO NOMINAL DOS DIRIGENTES DA FUNDAÇÃO ESPÍRITA
JERÔNIMO MENDONÇA-2021/2025**

CONSELHO CURADOR

PRESIDENTE - Maria Gertrudes Coelho, brasileira, união estável, escritora - RG - 331.333 - SSPMG - CPF: 122.595.866-00 - Endereço: Av. Professor José Vieira de Mendonça, 1535, ap 401 - B. Novo Mundo - Ituiutaba-MG - CEP 38307-117 - celular 034-99962-7114

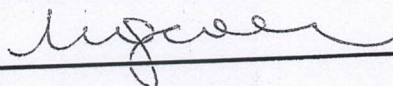


VICE-PRESIDENTE: Sonone Luiz Vilela Carvalho Junqueira, brasileira, casado, Engenheiro - RG M-22.122 -SSPMG - CPF: 256.958.606-44 - Endereço: Rua 30, nº 193, Centro - Ituiutaba-MG - CEP-38300-084 - celular - 034-99977-9299

MEMBRO CURADOR: Elton Pimenta de Oliveira, brasileira, divorciado, carpinteiro - RG - M: 6.556.968 - SSPMG - CPF: 532.785.426-49 - Endereço: Rua 34 nº 828 - B. Progresso - Ituiutaba- MG -CEP-38302-006 - Celular - 034-99868-7231

CONSELHO DIRETOR

DIRETOR PRESIDENTE - Maria Gertrudes Coelho, brasileira, União Estável, escritora - RG - 331.333 - SSPMG - CPF: 122.595.866-00 - Endereço: Av. Professor José Vieira de Mendonça, 1535, ap.401 - B. Novo Mundo - Ituiutaba-MG - CEP:38307-117 - Celular: 034-99962-7114



DIRETOR VICE-PRESIDENTE - Renato Dias Freire, brasileira, casado, Fonoaudiólogo - RG- MG-7.254-099 - CPF - 038.804.936-77 - Endereço: Rua Mussaenda, nº771- Cidade Jardim - CEP: 38307-834 - Ituiutaba -MG - Celular: 034-98873-3174

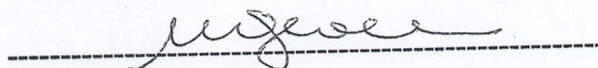
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO - Gildo da Silva Santos, brasileira, casado, Administrador - RG- M3 008342 - SSPMG - CPF- 350.794.286-00 - Endereço: Av. 23, nº 466 - Centro- Ituiutaba-MG - CEP-38300-114 - CELULAR- 034-99973-3099

CONSELHO FISCAL: (titulares integrantes)

1)– Gecira Limas do Rosário – Suplente - RG M-7 957.598 SSP-MG CPF 847.465.136-00 Endereço: Rua 12ª 108 cx 2– Centro – Ituiutaba-MG - CEP 38300064 – Celular -034-99688-4880

2) William Márcio Ferreira, brasileira, casado, Auxiliar de logística - RG-MG 8.887-703 –SSPMG - CPF-035.946.396-73 - Endereço: Rua 36, nº 1713- Centro – Ituiutaba-MG - CEP-38300-090 – Celular- 034-99970-2656

3) Luciano Barbosa Silva, brasileira, solteiro, Funcionário Público - RG: MG-6.925.430 - SSPMG - CPF: 007054109-09 - Endereço: Praça Alan Kardec, nº 91 Bairro Ipiranga - Ituiutaba-MG – CEP-38302-082 - Celular – 034-99180-8168



Fundação Espirita Jeronimo Mendonça

Maria Gertrudes Coelho

Presidente



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

NOME MARIA GERTRUDES COELHO



FILIAÇÃO
OTACILIA DE SOUZA COELHO

AGNALDO FARIA COELHO

DATA NASCIMENTO 05/12/1948 ORGÃO EXPEDIDOR PCMG FATOR RH AB+

NATURALIDADE ITUIUTABA-MG

OBSERVAÇÃO *****

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

LEI Nº 7.116, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

CPF 122595866-00 DNI ***** PH-1255 VIA-2

REGISTRO GERAL MG-331.333 DATA DE EXPEDIÇÃO 08/08/2022

REGISTRO CIVIL
CASAV.DIV/LV-53-FL-239 ITUIUTABA-MG

T. ELEITOR / ZONA / SEC CTPS / SÉRIE / UF
6611540213-141-82 *****

NIS / PIS / PASEP IDENTIDADE PROFISSIONAL

CERT. MILITAR *****

GNH CNS

MAIOR DE 65 ANOS

AGNELO DE ABREU BAETA
DIRETOR DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

TELECOM

MARIA GERTRUDES COELHO

PROF JOSE VIEIRA MENDONCA 1535 AV

AP AP 102 - BLOCO ALVORADA

38307-113 ITUIUTABA MG

PAGUE COM PIX



Nº da fatura

459389246

Valor total da conta

R\$ 386,40

Data de vencimento

20 / mai / 2024

FALE COM A ALGAR TELECOM

www.algartelem.com.br

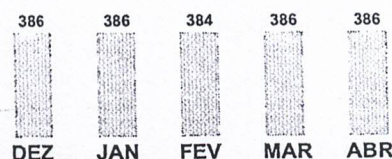
@algartelem

facebook.com/algartelem

Ou ligue 103 12

HISTÓRICO VALOR DA CONTA

(R\$)



EMIÇÃO DESTA CONTA: 03/05/2024

CONTA SIMPLIFICADA

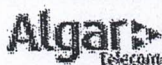
PACOTE CONTRATADO: GIGA CONTROLE + GIGA ILIMITADO + DIRECTV GO + BL 300MB

SEU NÚMERO	PRODUTO	VALOR (R\$)
02230330	Pacote Banda Larga	116,65
34996446630	Pacote Celular	62,86
34999627114	Pacote Celular	126,99
08812211	PLANO BASICO SKY+	79,90

TOTAL R\$ 386,40

Conforme Resolução 632/2014, a partir de 21/6/24 seus serviços serão reajustados em 1,823% (IST) na telefonia fixa e 3,9256% (IPCA) na banda larga e serviços de valor agregado. Para a móvel será aplicado o IPCA em alteração ao IST. Informações ligue 10312.

Veja o detalhamento da sua conta nos nossos canais: www.algartelem.com.br, App Algar Telecom ou ligue 103 12



DÉBITO AUTOMÁTICO

Você pode migrar para um plano que não possui livros digitais, sem a cobrança de multa. Fale com a gente pelo nosso canal de atendimento 10312.




Nome do Cliente: **MARIA GERTRUDES COELHO**

Nº da Fatura	Banco / Agência	Identificação	Data de Vencimento	Valor Total da Conta
459389246	001/0204	000728106337	20/05/2024	386,40

84610000003-9 86400004000-5 07281063370-0 45938924600-8

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA CIDADES DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES		
NOME: SONONE LUIZ VIEIRA CARVALHO JUNQUEIRA		
DOSSIÊ: 1223122 SEX: M DATA DE NASCIMENTO: 25.05.60 DATA DE EMISSÃO: 01/01/1984	FUNÇÃO: SONONE VIEIRA JUNQUEIRA TEREZINHA VIEIRA CARVALHO	
REGISTRO: 02733123705 VALIDADE: 06/02/2023 FRASE: 0870723975	FOTOGRAFIA: 	
OBSERVAÇÕES:		
ASSINATURA DO PORTADOR: 		
LOCAL: MINAS GERAIS CONTRA-SINTESE: 7438803469 DIRETOR: MG528697607	ASSINATURA DO DIRETOR: 	
MINAS GERAIS		

VÁLIDA EM TODO
 O TERRITÓRIO NACIONAL
 163038848

PROIBIDO PLASTIFICAR
 163038848

Foto de Gilberta Guaracy

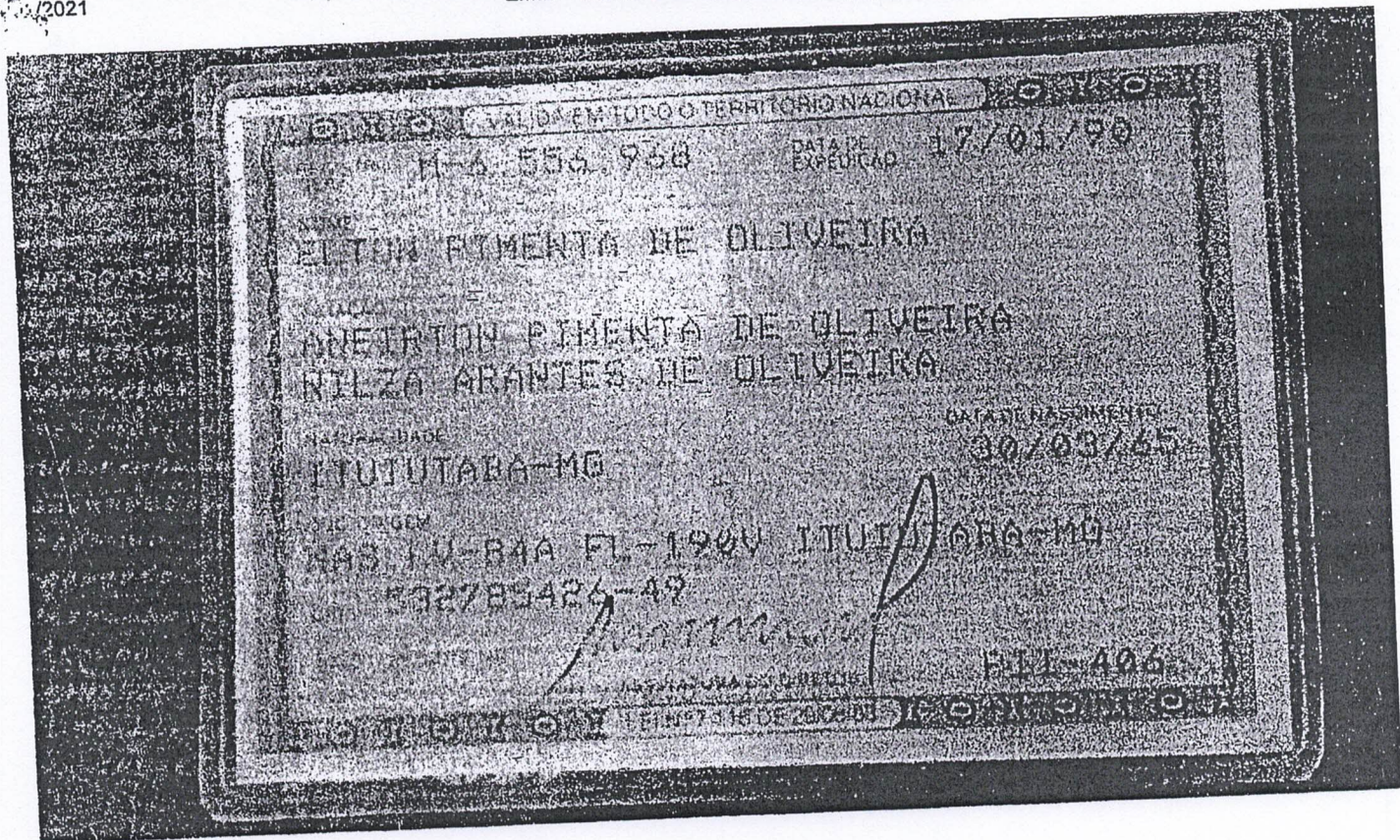
Gilberta Guaracy <gilbertaguarcy@hotmail.com>

Ter, 13/07/2021 08:54

Para: escolaeijesusdenazare@hotmail.com <escolaeijesusdenazare@hotmail.com>

[illegible]

2021



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1-6 556 958 DATA DE EXPEDICAO 17/01/98

ELTON PIMENTA DE OLIVEIRA

ANETTON PIMENTA DE OLIVEIRA

NILZA ARANTES DE OLIVEIRA

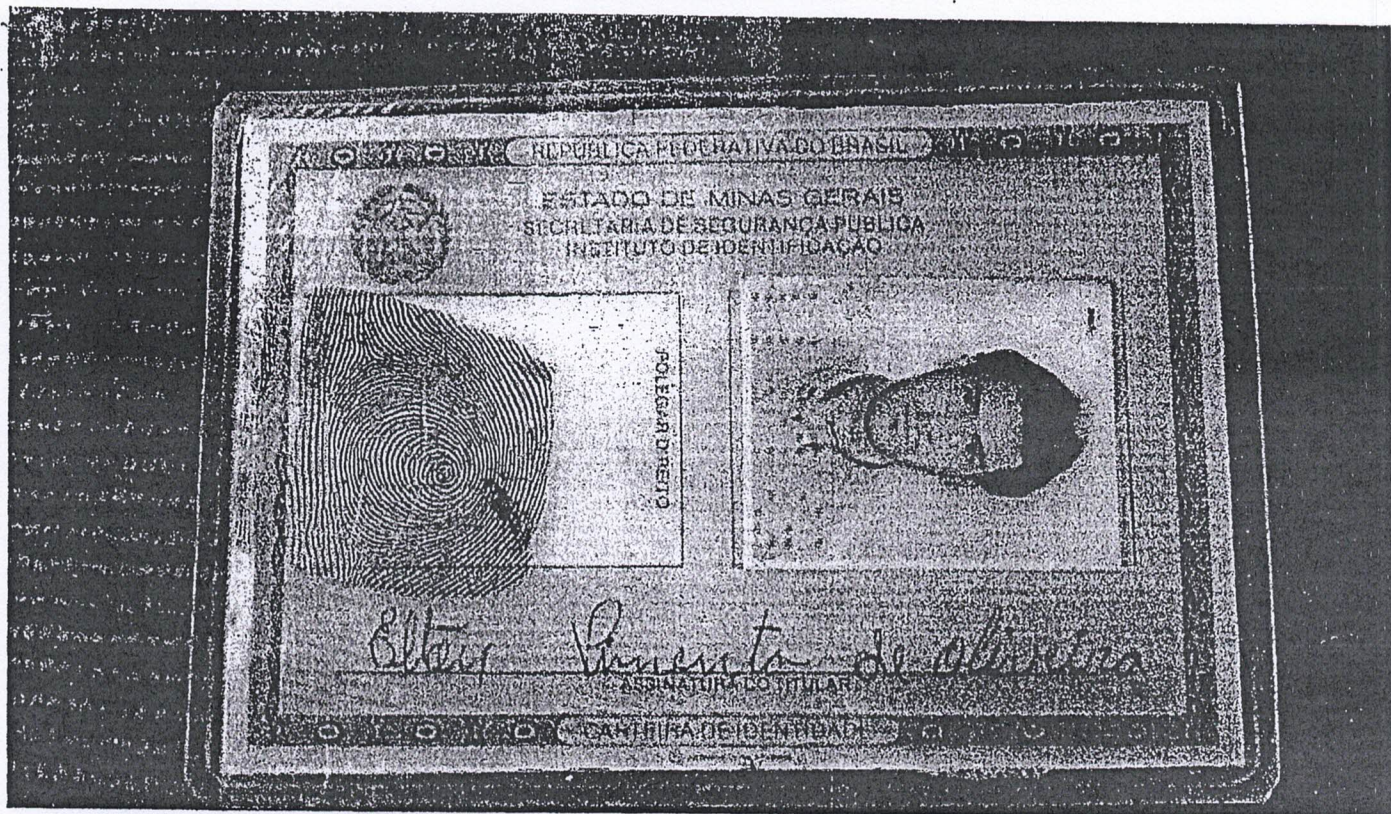
NATURALIDADE ITUJUBA-MG DATA DE NASCIMENTO 30/03/65

443 10-84A FL-190V ITUJUBA-MG

532785426-47

FIL-406

15/07/98



SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITUITABA

Autarquia Municipal

R. 23 N° 474 - São José - Ituitaba (MG) - CEP 35200-400

352746158 (053)

CNPJ 17.819.061/0001-88 - Fone: 0800.348195 - (34) 3282-2430

SAE

Atendimento ao Cliente SAE: Fone: 0800.348195

MARIA HELENA DE ARAUJO

RUA 34, 826, PROGRESSO
35302-008, ITUITABA MG 13-19-90

RES/AQU: 17/2020

NR. GUIA

07917172020-2

CATEGORIA/CIDE

1-RES;

VALOR

10. ELETRO.: 9197917013

LIGACAO: 7912-9

DESCRICAO

TBO AGUA

TBO ESGOTO

TARIFA DE AGUA

TARIFA DE ESGOTO

FUNDACAO ESP. JERONIMO HEIDON

MULTA 10/2020

JUROS DE MORA 10/2020

10,8
7,5
14,4
12,9
19,9
8,5
2,2

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

Nº 123456789

DATA DE
EXPIRAÇÃO

31/12/2011

NOME

JOÃO DA SILVA

FILIAÇÃO

JOÃO DA SILVA

JOÃO DA SILVA

LOCALIDADE

JOÃO DA SILVA

DOC. ORFÃO

JOÃO DA SILVA

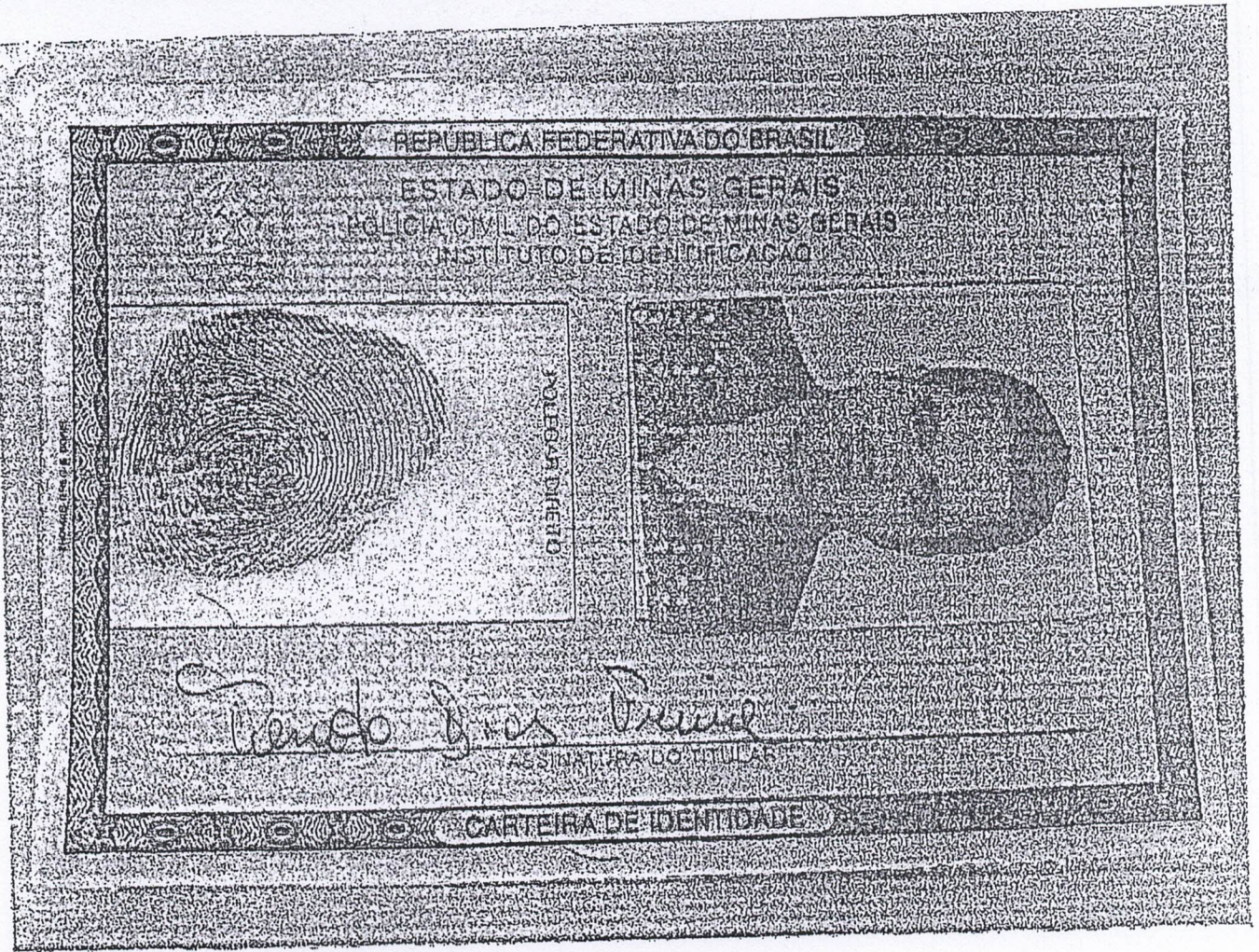
DATA DE NASCIMENTO

31/12/2011

LETICIA BAPTISTA GAMBOSSE RIBEIRO

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 11.606 DE 29/08/03



Obter o Outlook para Android

<https://outlook.live.com/mail/0/inbox/ld/AQQkADAwATY3ZmYAZS1mMGlxLWYzYjU0MDACLTAwCgAQAGb5%2F4N12TpDhrt%2F81Jf2jY%3D>



SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITUIUTABA

AV. DA LUIZ CARLOS, 474 - SAO JOAO - ITUIUTABA - MG - CEP: 38307-834
CNPJ: 17.811.611/0001-68 - Inscrição Estadual: 09.274.813/0000
Atendimento ao Cliente: 0800-010.010.010 - (34) 3268-0000
www.ituiutaba.mg.gov.br

RENATO DIAS FREIRE RUA MUSSAENDA, 771, CIDADE JARDIM 38307-834, ITUIUTABA MG 25-22-410		MES/ANO: 02/2024 NR. GUIA 47259022024-1 CATEGORIA/OTDE 1-RES	
LIGACAO: 47259-7 ID. ELETRO: 72247259025			
DESCRICAO		VALOR	
TBO AGUA		13,43	
TBO ESGOTO		9,40	
TARIFA DE AGUA		72,06	
TARIFA DE ESGOTO		50,44	
Multa 01/2024		1,81	
JUROS DE MORA 01/2024		0,91	
PAGAR			
AUTARQUIA MUNICIPAL IMUNE DE IRRF CONFORME: CONSTITUICAO DA REPUBLICA ART. 150, INCISO VI PARAGRAFO 2 IN RFB N1234, CAPITULO III ART. 4 ANEXO IX			
DATA LEITURA ANTERIOR	DATA LEITURA ATUAL	VENCIMENTO	VALOR A PAGAR
16/01/2024	15/02/2024	01/03/2024	R\$ 148,05
LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	CONSUMO REAL	CONS. FATURADO
2033 m3	2058 m3	25 m3	25 m3
NR. DO HIDRÔMETRO		VAZAO	DIAMETRO
Y15N553187		1.5 m3	3/4"
		DATA DE INSTALACAO	
		13/06/2016	
OCCORRENCIA:			
DADOS DOS ULTIMOS 6 MESES		MENSAGEM	
MES CONSUMO DIAS MEDIA		COMUNIDADE VIGILANTE, CIDADE SEGURA! DENUNCIE, VIA 181, AUTORES DE ROUBO, RECEPÇÃO, TRAFICO DE DROGAS, FORAGIDOS E ARMAS ILICITAS. O SÍMBOLO DA DENÚNCIA É ABSOLUTO.	
01/2024	31 34 0,91		
12/2023	21 26 0,81		
11/2023	37 34 1,09		
10/2023	30 28 1,07		
09/2023	31 30 1,03		
08/2023	29 34 0,85		
DETALHES SOBRE A LEGISLAÇÃO VIDE VERSO		PERÍODO DA ANÁLISE	
		01/01/2024 a 31/01/2024	
PARÂMETRO	UNIDADE	VALOR PERMITIDO	VALOR MÍNIMO ENCONTRADO
Turbidez	NTU	até 5,0	0,12
Cor Aparente	uH	até 15,0	0
Cloro Residual	mg/L	de 0,50 a 2,0	0,04
Fluor	mg/L	de 0,60 a 0,80	0,6
pH		de 6,0 a 9,5	6,21
Coliformes Tot.		Ausência	0
Colif. Termotol.		Ausência	0




FAVOR AUTENTICAR NO VERSO - DEVOLVER AO USUÁRIO

EMISSÃO: 15/02/2024 07:31

RENATO DIAS FREIRE RUA MUSSAENDA, 771, CIDADE JARDIM 38307-834, ITUIUTABA MG 25-22-410		MES/ANO: 02/2024 NR. GUIA 47259022024-1 CATEGORIA/OTDE 1-RES	
LIGACAO: 47259-7 ID. ELETRO: 72247259025			
VENCIMENTO 01/03/2024		VALOR A PAGAR R\$ 148,05	

82640000001-2 48050074202-2 40301000004-6 72590220241-7



<div>  <div> REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS CIDADES DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO SECRETARIA NACIONAL DE TRIBUTAÇÃO </div>  </div>	
<div> <div> VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 1473006270 </div> <div> <div> NOME GILDO DA SILVA SANTOS </div> <div> <div> DOCUMENTADOR EMISOR MG008342 </div> <div> SSP MG </div> </div> </div> </div>	
<div> <div>  </div> <div> <div> CPF 350.794.286-00 </div> <div> DATA NASCIMENTO 06/03/1961 </div> </div> </div>	
<div> <div> <div> RUA MILTON JOSE DOS SANTOS </div> <div> MARLENE DA SILVA SANTOS </div> </div> <div> <div> PERMITE RENOVAÇÃO </div> <div> ACC 2022 </div> <div> CALMA E </div> </div> </div>	
<div> <div> Nº REGISTRO 02319799951 </div> <div> VALIDADE 09/05/2022 </div> <div> 1ª EMISSÃO 09/03/1988 </div> </div>	
<div> <div> <div> PROIBIDO PLASTIFICAR 1473006270 </div> <div> <div> ASSINATURA DO TITULAR <i>Gildo da Silva Santos</i> </div> <div> LOCAL Belo Horizonte - MG </div> <div> DATA EMISSÃO 10/05/2017 </div> </div> <div> <div> <div> ASSINATURA DO DETENTOR <i>[Assinatura]</i> </div> <div> RUA R. Machado de Melo Franco, 200 - 1º Andar Bela Vista - Belo Horizonte - MG </div> <div> CPF 13599588217 </div> </div> <div> <div> <div> ASSINATURA DO DETENTOR <i>[Assinatura]</i> </div> <div> RUA R. Machado de Melo Franco, 200 - 1º Andar Bela Vista - Belo Horizonte - MG </div> <div> CPF 13599588217 </div> </div> </div> </div></div></div>	
<div> <div> <div> PROIBIDO PLASTIFICAR 1473006270 </div> <div> <div> ASSINATURA DO TITULAR <i>Gildo da Silva Santos</i> </div> <div> LOCAL Belo Horizonte - MG </div> <div> DATA EMISSÃO 10/05/2017 </div> </div> <div> <div> <div> ASSINATURA DO DETENTOR <i>[Assinatura]</i> </div> <div> RUA R. Machado de Melo Franco, 200 - 1º Andar Bela Vista - Belo Horizonte - MG </div> <div> CPF 13599588217 </div> </div> <div> <div> <div> ASSINATURA DO DETENTOR <i>[Assinatura]</i> </div> <div> RUA R. Machado de Melo Franco, 200 - 1º Andar Bela Vista - Belo Horizonte - MG </div> <div> CPF 13599588217 </div> </div> </div> </div></div></div>	



AUTARQUIA MUNICIPAL
R. 33 Nº 474 - Setor Sul - Ituiutaba (MG) - CEP 38300-030
CNPJ 17.819.061/0001-88 - Inscrição Estadual: 342.746166.0050

Atendimento ao Cliente SAE: Fone: 0900.34.8195 - (34) 3268-0400
www.saemg.com.br

GILDO DA SILVA SANTOS

AV 23, 466, CENTRO
38300-114, ITUIUTABA MG 15-3-320

MES/ANO: 12/2022

NR. GUIA

09907122022-4

CATEGORIA/QTDE

LIGACAO: 9907-7

ID. ELETRO.: 7039907@15

1-RES;

DESCRICAO	VALOR
TBO AGUA	11,48
TBO ESGOTO	8,03
TARIFA DE AGUA	22,17
TARIFA DE ESGOTO	15,52

DATA LEITURA ANTERIOR	DATA LEITURA ATUAL	VENCIMENTO	VALOR A PAGAR
23/11/2022	21/12/2022	20/01/2023	R\$ 57,20

LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	CONSUMO REAL	CONS. FATURADO	MEDIA
1330 m3	1343 m3	13 m3	13 m3	14 m3
NR. DO HIDROMETRO	VAZAO	DIAMETRO	DATA DE INSTALACAO	
Y13K139912	1.5 m3	1/2"	23/12/2014	

OCCORRENCIA:

DADOS DOS ULTIMOS 6 MESES			MENSAGEM
MES	CONSUMO DIAS	MEDIA	CONFORME LEGISLACAO VIGENTE E EXPRESSAMENTE
11/2022	13 33	0,39	PROIBIDO LANCAR AGUA DE CHUVA NA REDE COLE
10/2022	12 30	0,40	TORADA ESGOTO. SUJEITO A MULTA.
09/2022	14 30	0,47	
08/2022	16 32	0,50	
07/2022	13 28	0,46	
06/2022	15 34	0,44	

DETALHES SOBRE A LEGISLACAO VIDE VERSO		PERIODO DA ANALISE	VALOR MINIMO ENCONTRADO	VALOR MAXIMO ENCONTRADO
PARAMETRO	UNIDADE	VALOR PERMITIDO		
Turbidez	NTU	ate 5,0	0,14	0,42
Cor Aparente	uH	ate 15,0	0,00	2,00
Cloro Residual	mg/L	de 0,50 a 2,0	0,50	1,70
Fluor	mg/L	de 0,60 a 0,80	0,60	0,69
pH		de 6,0 a 9,5	6,52	7,34
Ferro Total	mg/L	ate 0,30	0,000	0,000
Aluminio	mg/L	ate 0,20	0,000	0,000
Manganes	mg/L	ate 0,10	0,000	0,000
Coliformes Tot		Ausencia	Ausente	Ausente
Colif. Termotol		Ausencia	Ausente	Ausente

FAVOR AUTENTICAR NO VERSO - DEVOLVER AO USUARIO

EMISSAO: 21/12/2022 09:29

GILDO DA SILVA SANTOS

AV 23, 466, CENTRO
38300-114, ITUIUTABA MG 15-3-320

MES/ANO: 12/2022

NR. GUIA

09907122022-4

CATEGORIA/QTDE

LIGACAO: 9907-7

ID. ELETRO.: 7039907@15

1-RES;

VENCIMENTO
20/01/2023

VALOR A PAGAR
R\$ 57,20

82600000000-8 57200074202-1 30120000000-0 99071220221-9



ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

POI FICAR DIREITO



Documentos de Identificação

CARTÃO DE IDENTIDADE



USCANDO AQUI A FOLHA DE ENERGIA CIVILIZADA
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. CNPJ 06.981.180/0001-16 / INSC. ESTADUAL 042.322134.0007
AV. BARBACENA, 1.201 - 17º ANDAR - ALA 1 - BAIRRO SANTO AGOSTINHO - CEP: 30160-101 - BELO HORIZONTE - MG

GECEIRA LIMAS DO ROSARIO

RUA DOZE A 108 CX 2

SETOR SUL
ITUJUBA - MG
CEP: 38300064

CPF: 847.4**.***

Nº DO CLIENTE: 7010009347

Nº de Instalação	Subclasse	Classe
3004168621	Residencial Baixa Renda	Monofásico
Anterior	Atual	Próxima
06/04	06/05	06/06
Tarifa Convencional		

Controle: 32031/850462/0098 Data da Impressão: 06/05/2024 08:57:41
NOTA FISCAL: 148139535 Série: 000 Data de emissão: 06/05/2024

Chave de acesso:
EMITIDA EM CONTINGÊNCIA - PENDENTE DE AUTORIZAÇÃO
Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica
Consulte a chave de acesso em: <http://www.sped.fazenda.mg.gov.br/spedmg/>

Tipo de Medição	Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Multiplicação	Consumo kWh
Energia Elétrica	AMI131247513	10192	10324	1	132

Itens da fatura	Unid.	Quant.	Preço unit.	Valor	PIS/COFINS	Base Calc. ICMS	Alíquota ICMS	ICMS	Tarifa unit.
Energia até 30	kWh	30	0,28679722	8,58	0,32	8,58	18,00	1,54	0,22406000
Energia 31 a 100	kWh	70	0,49167066	34,37	1,31	34,37	18,00	6,18	0,38410000
Energia 101 a 180	kWh	32	0,73750598	23,58	0,91	23,58	18,00	4,24	0,57616000

Contrib. Custeio Ilum. Pública	20,59								
Multa 2% sobre conta de 03/2024	2,66								
Correção IPCA/IGPM a/ conta 02/24 pg 22/04/24	0,04								
Correção IPCA/IGPM a/ conta 03/24 pg 22/04/24	0,06								
Juros 1% am sobre pagamento em: 22/04/24	0,81								
Dif. recálculo tarifa integral	34,08	1,80				0,00	0,00	0,00	
Subsídio tarifa líquida	-32,48	0,00				0,00	0,00	0,00	

Total 92,09 4,14 66,53 11,96 Pág 1 de 1

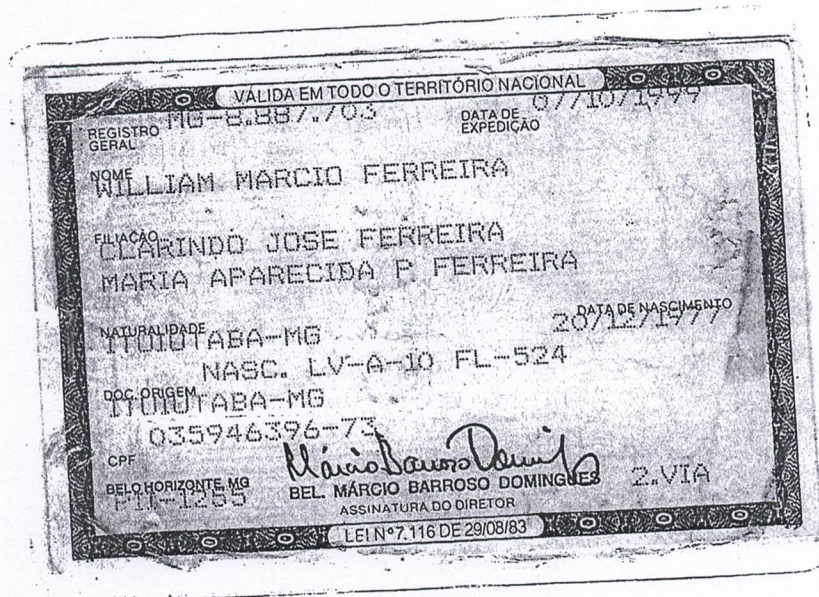
REFERENTE A	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
MAI/2024	06/06/2024	R\$ 92,09
Descto de Cálculo (R\$):		
ICMS	66,53	18,00
ICMS	88,65	0,84
PASEP	88,65	3,89
COFINS		
Alíquota %		
ICMS		R\$ 11,96
ICMS		R\$ 0,71
PASEP		R\$ 3,43
COFINS		
Histórico de Consumo		
Mês/Ano	Consumo kWh	Medida kWh/dia
MAI/2024	132	4,40
ABR/2024	134	4,46
MAR/2024	143	4,61
FEV/2024	116	4,14
JAN/2024	114	3,45
DEZ/2023	53	1,82
NOV/2023	58	1,81
OUT/2023	66	2,12
SET/2023	55	1,89
AGO/2023	54	1,88
JUL/2023	47	1,51
JUN/2023	50	1,56
MAI/2023	47	1,56
Dias de Faturam.		
MAI/2024	30	
ABR/2024	30	
MAR/2024	31	
FEV/2024	28	
JAN/2024	33	
DEZ/2023	29	
NOV/2023	32	
OUT/2023	31	
SET/2023	29	
AGO/2023	32	
JUL/2023	31	
JUN/2023	32	
MAI/2023	30	
REAVISO DE CONTAS VENCIDAS / DÉBITOS ANTERIORES		

FATURAMENTO PELA TARIFA SOCIAL DESCONTO DE R\$ 32,48 ABR/24 Band. Verde - MAI/24 Band. Verd
Tarifa vigente conforme Res Anel nº 3.202, de 23/05/2023. Redução alíquota ICMS conforme Lei
Complementar 194/22. Pela legislação regulatória, os descontos a que se refere o Decreto Federal
7.891/13 também integram a base de cálculo do PASEP e COFINS. O pagamento desta conta não quita
débitos anteriores. Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou
atualização financeira (juros) baseadas no vencimento das mesmas. É dever do consumidor manter os
dados cadastrais sempre atualizados e informar alterações da atividade exercida no local. Faça
sua adesão para recebimento da conta de energia por e-mail acessando www.cemig.com.br.

Fale com a Cemig 116 - Se o número não estiver disponível na sua cidade, ligue 0800 7210
116. Deficientes auditivos - 0800 723 8007 - Ouvidoria Cemig 0800 728 3838



CÓDIGO DE DÉBITO AUTOMÁTICO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
008109604648	06/06/2024	R\$ 92,09
REFERENTE A: MAI/2024	Nº DA INSTALAÇÃO: 3004168621	CEMIG
836900000000-8 92090138002-1 22381797711-7 08109604648-7		



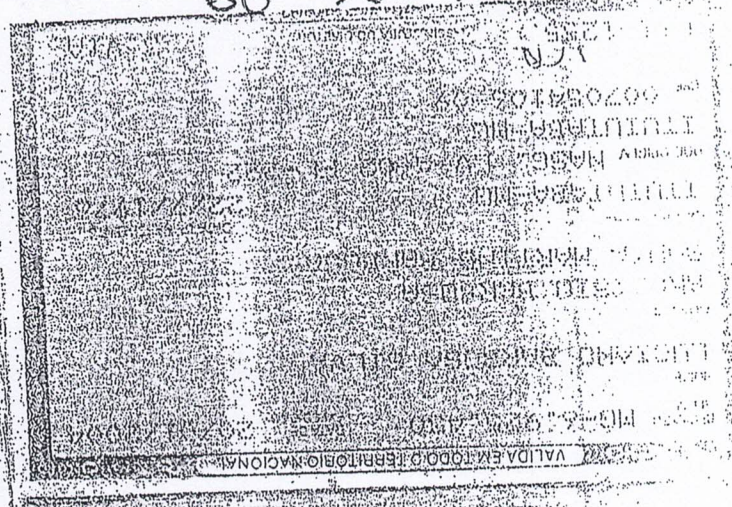
Gilberta Guaracy <gilbertaguarcy@hotmail.com>

Para: escolaeijesusdenazare@hotmail.com <escolaeijesusdenazare@hotmail.com>

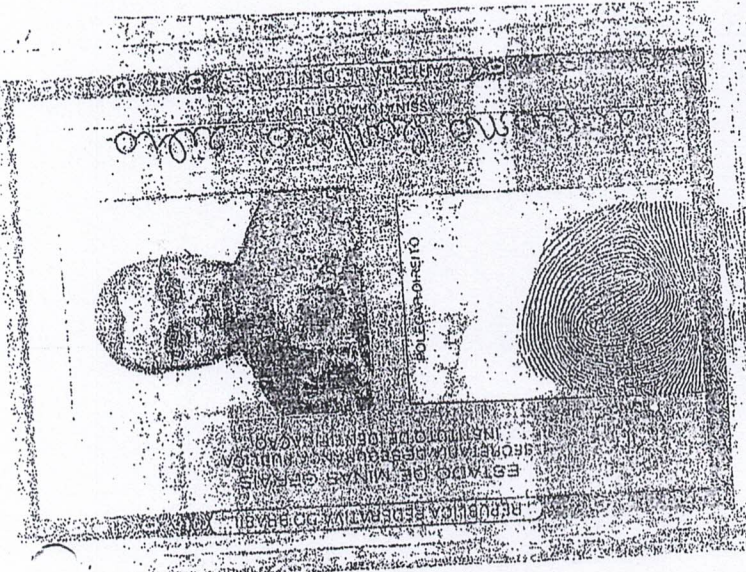
Karen

28

007 054106-09



MG. 6.925.430



Claro

LUCIANO BARBOSA SILVA
PC ALAN KARDEC, 00091
IPIRANGA
38302-082 ITUIUTABA MG

Código
060/001017082

Vencimento 05/06/2022 Valor 104,99

CPF/CNPJ 32.247.681/0001-83 Forma de Pagamento BOLETO BANCÁRIO

PARA 2ª VIA DA FATURA, DÉBITO AUTOMÁTICO E DÚVIDAS, ACESSE MINHA CLARO.COM.BR

001/003

Importante:

Mantenha seu e-mail e telefones sempre atualizados. Acesse claro.com.br/minha-claro, faça seu login ou cadastre-se.

Atenção: o cancelamento de seus serviços CLARO, durante o período de primazia mínima, estará sujeito à cobrança de multa contratual.

Minha Claro:

NET VIRTUA +

descrição

total

NET VIRTUA +

104,99

Claro-club

Cadastre-se em: www.claro.com.br/claro-club

Valor total
104,99

NET VIRTUA +

Mensalidade NET VIRTUA +

01/05/22 a 31/05/22 OFERTA CONJUNTA BL PMF 354 MEG & FIDELIDADE + APLICATIVOS 104,99

Sub-Total Mensalidade NET VIRTUA + 104,99

Total NET VIRTUA + 104,99

FACILITE SUA ROTINA COM A FATURA DIGITAL!

Cadastre-se pelo app Minha Claro e tenha mais praticidade e segurança no seu dia a dia com a Fatura Digital. Com ela você conta com uma série de vantagens exclusivas, confira!

Mais rápido
a fatura chega em até 10
dias antes do vencimento

Mais praticidade:
todas as suas contas
em um só lugar

Mais seguro:
protegida pela
senha do e-mail

Atenção: o remetente da fatura Claro é sempre faturadigital@minhaclaro.com.br e para abri-la é necessário digitar os 5 primeiros dígitos do CPF ou CNPJ do titular.



Você merece a nova

Para atendimento presencial, consulte o endereço da loja mais próxima em claro.com.br/encontre-uma-loja

Evite o desligamento de seu sinal efetuando o pagamento até a data do vencimento, NET fixada no Setor/SCPC.

Para pagamentos após o vencimento serão cobrados juros diários de 0,033% e multa de 2%.

Caso existam serviços prestados e não cobrados, esses serão incluídos nas suas próximas faturas.

Deficiente Auditivo e de Fala Ligue: 0800 721 7767 - É preciso realizar a ligação com um telefone adaptado com dispositivo TOD (Dispositivo de Telecomunicações para Surdos).

Ligue 4004-7777 para atendimento técnico, financeiro e compra de serviços (custo de ligação local).

Ligue 10621 para informações, reclamações ou cancelamentos (ligação gratuita).
Ouvidoria 0800 7018180

REGISTROS DE ATENDIMENTO:
040223212747229,
960223209994487,
960223209384778,
960223206645355,
960223206645355

Autenticação Mecânica

Pagamentos após o vencimento serão cobrados juros diários de 0,033% e multa de 2%. Os encargos de pagamentos efetuados após o vencimento serão cobrados na próxima fatura.

Atenção: efetue seus pagamentos nos bancos conveniados a seguir: BANCO BRADESCO S.A., BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S.A., BANCO COOPERATIVO SICREDI S/A, BANCO DE BRASILIA S.A., BANCO DO BRASIL S.A., BANCO DO ESTADO DO PARA, BANCO INTER S.A., BANCO ITAU S.A., BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A., BANCO ORIGINAL S.A., BANCO SAFRA S/A, BANCO SANTANDER, BANCO TRIANGULO S.A., BANESUL, BANRISUL, CAIXA ECONOMICA FEDERAL, CITIBANK, FATLOJ, MULTIPAGOS

Cliente
LUCIANO BARBOSA SILVA

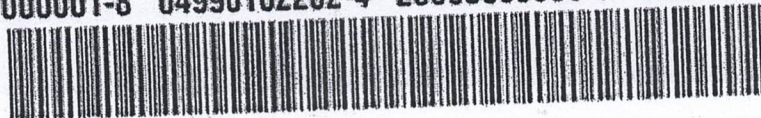
Identificação para Débito
NET SERVICOS 0600010170821

Mês Referência
Maio/2022

Vencimento
05/06/2022

Valor
104,99

84660000001-8 04990162202-4 20605060000-9 00223861825-6



Pague
com
Pix





Fundação Espírita Jerônimo Mendonça
Rua Dr. Petrólio Rodrigues Chaves, nº 641
Bairro Satélite Andradina – Ituiutaba – Minas Gerais – Brasil
Telefone: (34) 3261.5653

Ituiutaba, MG, 24 de janeiro 2025

DECLARAÇÃO

Maria Gertrudes Coelho, CPF 122.595.866-00, presidente da Fundação Espírita Jerônimo, declara para os devidos fins que a Instituição tem capacidade para executar o seu plano de trabalho, conforme o seu Estatuto e a lei nº 13.019/2014.

Fundação Espírita Jerônimo Mendonça

Maria Gertrudes Coelho

Presidente



MUNICIPIO DE ITUIUTABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS
ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Alvará Nº: 404 / 2025

Inscrição Municipal
12124

CCM
12124

CNPJ/CPF
04.681.006/0001-22

FICA CONCEDIDO A

FUNDAÇÃO ESPIRITA JERONIMO MENDONÇA

NOME FANTASIA

FUNDAÇÃO ESPIRITA JERONIMO MENDONÇA

LICENÇA PARA SE ESTABELECEER

Rua DOUTOR PETRONIO RODRIGUES CHAVES, 641

SATELITE ANDRADINA

38308-004 ITUIUTABA/MG

ATIVIDADE PRINCIPAL

ASSIS SOCIAL SEM FINS LUCRATIVOS

Descrição Atividade

CASAS DE REPOUSO E DE RECUPERAÇÃO, CRECHES, ASILOS E CONGÊNERES.

Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.

Descrição Adicional

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

De Segunda a Sexta-feira das 8:00 AS 18:00 e Sábado de 8:00 às 12:00 Horas

OBSERVAÇÃO:

POSSUI AUTO VISTORIA CORPO BOMBEIROS(AVCB), VÁLIDO ATÉ: 02/02/2028 - N.F: 27/06/2025.

EXERCÍCIO	INÍCIO ATIVIDADE	Nº PROCESSO	ANO PROCESSO	VALIDADE	DATA EMISSÃO
2025	04/10/2001	10700	2001	27/06/2025	10/02/2025

Regio Luis dos Santos
Fiscal de Posturas
MAT. 3080

Aguinaldo Moura da Silva
Seção de F. Postura
Mat. 3080

10/02/2025

AlvaraLicenca - Alvará de Licença para Funcionamento

Luciene Dantas de Goes Moura
Fiscal de Postura

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2545826250



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA SOCIAL
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCION

2.1 NOME E SOBRENOME
SONELE LUIZ VIEIRA CARVALHO JENQUEIRA

1.1 DATA DE EMISSÃO
03/01/1954

3 DATA LOCAL E UF DE NASCIMENTO
03/01/1954 GURINHATA/MG

4.1 DATA EMISSÃO
24/02/2023

4.2 VALIDADE
24/02/2028

4.3 DOC IDENTIDADE, ORIG EMISSOR, UF
M22122 SSP MG

4.4 CPF
256.958.606-44

5.1º REGISTRO
02733123705

6.1.1 DATA
B

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

7.1 NOME DO TITULAR
SONELE VIEIRA JENQUEIRA

TEREZINHA VIEIRA CARVALHO

7.2 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12	9	10	11	12
AOC	da			O	genu		
A	206			D1	uu		
A1	216			BE	ca		
B		24022028		CE	uu		
B1				CIE	uu		
C				DE	uu		
C1				DIE	uu		

12 OBSERVAÇÕES
A.

2545826250

LOCAL
BELO HORIZONTE/MG

MINAS GERAIS

ASSINATURA DO EMISSOR

EURICO DA GLÁRIA NETO
DIRETOR DE TRAF - MG

01008266510
MG635046880

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME: GILDO DA SILVA SANTOS

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF: M3008342 / SSP / MG

CPF: 350.794.286-00 DATA NASCIMENTO: 06/03/1961

FILIAÇÃO: MILTON JOSE DOS SANTOS
 MARLENE DA SILVA SANTOS

PERMISSÃO: ACC CAT. HAB. B

Nº REGISTRO: 02319799951 VALIDADE: 11/05/2027 1ª HABILITAÇÃO: 09/03/1988

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR: *Gildo da Silva Santos*

LOCAL: PUITUTABA, MG DATA EMISSÃO: 12/05/2022

Edilcio da Cunha Neto
 Diretor DETRAN/MG

ASSINATURA DO EMISSOR: 28806139405
 MG616588070

MINAS GERAIS

2378078387



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FUNDAÇÃO ESPIRITA JERONIMO MENDONÇA
CNPJ: 04.681.006/0001-22

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:41:14 do dia 10/04/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 07/10/2025.

Código de controle da certidão: **1129.B069.354B.FEBE**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MUNICIPIO DE ITUIUTABA
Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento
Departamento de Receita
38300-132 - Avn 17, 1084 CENTRO ITUIUTABA MG
www.ituiutaba.mg.gov.br

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Número 468097/2025

Data Geração: 10/04/2025

Data Validade: 10/07/2025

Certificamos que não constam em nome do sujeito passivo identificado, nesta data, débitos com a Fazenda Pública Municipal, ressalvando o direito do município de cobrar quaisquer débitos que vierem a ser conhecidos e apurados após a expedição desta certidão.

Identificação

Crc	49031
Contribuinte	FUNDAÇÃO ESPIRITA JERONIMO MENDONÇA
CNPJ ou CPF	04.681.006/0001-22
Inscrição Estadual ou RG	
Endereço	38308-004 - Rua DOUTOR PETRONIO RODRIGUES CHAVES, 641
Bairro	SATELITE ANDRADINA Cidade: ITUIUTABA Estado: MG

Data Emissão: 10/04/2025

Tanto a veracidade da informação quanto a manutenção da condição de não devedor poderá ser verificada na seguinte página da Internet:

<https://www.ituiutaba.mg.gov.br>

Número: 468097/2025

Inscrição: 49031

ATENÇÃO: Qualquer rasura ou emenda **INVALIDARÁ** este documento.

Certidão Emitida Gratuitamente



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:
10/04/2025

CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
09/07/2025

NOME: FUNDAÇÃO ESPIRITA JERONIMO MENDONÇA		
CNPJ/CPF: 04.681.006/0001-22		
LOGRADOURO: RUA DOUTOR PETRONIO RODRIGUES CHAVES		NÚMERO:
COMPLEMENTO:	BAIRRO: SATELITE ANDRADINA	CEP: 38308004
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: ITUIUTABA	UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br>
=> Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2025000865199521



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : HELENICE MARIA DE SOUZA PAULA
REGISTRO..... : MG-071282/O-8
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.446.966-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MINAS GERAIS, 10/04/2025 as 16:45:44.

Válido até: 09/07/2025.

Código de Controle: 570795.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMG.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 04.681.006/0001-22
Razão Social: FUNDACAO JERONIMO MENDONCA
Endereço: RUA DR PETRONIO RODRIGUES CHAVES 641 / SATELITE ANDRADINA / ITUIUTABA / MG / 38308-148

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/04/2025 a 11/05/2025

Certificação Número: 2025041202481213317654

Informação obtida em 23/04/2025 09:04:24

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

99

PROCESSO Nº 2164/2025

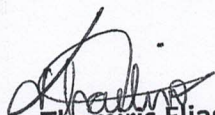
À Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, para que seja aprovado o plano de trabalho, especificando o interesse público e relevância social da proposta conforme artigo 2º da lei 13.019/2014.

Indicar o fiscal e o gestor que irão acompanhar a execução do plano de trabalho com nome, cargo, matrícula e assinatura do mesmo.

O processo se trata de recurso proveniente de Emenda Impositiva dos Vereadores, Edmar Machado R\$11.645,00 (onze mil seiscentos e quarenta e cinco reais), Adeilton José R\$15.000,00 (quinze mil reais), Francisco Tomaz R\$20.000,00 (vinte mil reais) e Vilsomar Paixão R\$8.000,00 (oito mil reais), que totalizam o valor de R\$54.645,00 (cinquenta e quatro mil seiscentos e quarenta e cinco reais), para ser utilizado como INVESTIMENTO pela entidade.

Em seguida devolver a esse setor.

Ituiutaba, 23 de abril de 2025.


Thamiris Elias Rosa
Mat. 828

PREFEITURA DE ITUIUTABA

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2164/2025

PARECER TÉCNICO

OBJETO: Atender a crianças de 0 a 5 anos e seus familiares, proporcionando a educação infantil, a criatividade artística, esportiva e cultural, através de atividades pedagógicas de acordo com a faixa etária.

Referência:- Repasse ao Terceiro Setor – Termo de Fomento

Organização da Sociedade Civil: FUNDAÇÃO ESPÍRITA JERÔNIMO MENDONÇA.

CNPJ: 04.681.006/0001-22

Endereço: Rua Dr. Petrônio Rodrigues Chaves, nº 641 – Bairro Satélite Andradina

Objeto proposto: Atender a crianças de 0 a 5 anos e seus familiares, proporcionando a educação infantil, a criatividade artística, esportiva e cultural, através de atividades pedagógicas de acordo com a faixa etária.

Valor total do repasse: R\$ 54.645,00

Período: Exercício de 2025.

Tipo da Parceria: Termo de Fomento

PARECER TÉCNICO – JUSTIFICATIVA

Considerando o plano de trabalho apresentado pela entidade **FUNDAÇÃO ESPÍRITA JERÔNIMO MENDONÇA**.

Considerando a aplicabilidade das disposições contidas na Lei n. 13.019/2014, que trata do novo regime jurídico incidente sobre a formalização de parcerias entre o poder público e as organizações da sociedade civil;

Considerando a necessidade do Município de Ituiutaba suprir atividades concernentes ao âmbito **da educação**.

Considerando a impossibilidade, por ora, de tais atividades serem satisfatoriamente adimplidas pelo poder público local, de ofício.

PREFEITURA DE ITUIUTABA

Considerando que em determinados casos, quando houver interesse público e recíproco entre o poder público e organizações da sociedade civil – definidas pelo artigo 2.º da Lei n. 13.019/2014, podem ser formalizados instrumentos de parceria entre ambos para a consecução do objeto.

Considerando que, após análise acurada feita em âmbito local constatamos que se trata de singularidade do objeto da parceria, uma vez que a entidade vai atender a crianças de 0 a 5 anos e seus familiares, proporcionando a educação infantil, a criatividade artística, esportiva e cultural, através de atividades pedagógicas de acordo com a faixa etária.

Considerando que, nestes casos a Lei nº 13.019/2014 preceitua que, havendo singularidade do objeto da parceria, ou apenas uma entidade capaz de cumprir com o plano de trabalho, pode haver inexigibilidade do chamamento público pertinente.

Passamos a apresentar as razões pelas quais entendemos relevante a formalização de instrumento de parceria perante a entidade.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Segundo se retira dos artigos 16 e 17, da Lei Federal n. 13.019/2014, pode a administração pública formalizar em favor de entidades consideradas como de organizações da sociedade civil, termo de colaboração ou de fomento, distinguindo-se ambos pela iniciativa acerca do projeto de trabalho, senão vejamos:

Art. 16. O termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Parágrafo único. Os conselhos de políticas públicas poderão apresentar propostas à administração pública para celebração de termo de colaboração com organizações da sociedade civil.

PREFEITURA DE ITUIUTABA

Art. 17. O termo de fomento deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho propostos por organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Precedendo estas formalizações, deve o poder público realizar chamamento público das OSCs competentes pela execução do projeto, ou então procedera dispensa ou inexigibilidade para tanto.

Neste ínterim, tendo em vista que, após análise acurada, observamos que é necessária a criação da Lei Municipal, ao qual enquadrará a questão na Lei 13.019/2014, em seu art. 31, II, em hipótese de inexigibilidade de chamamento público:

“Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando: (Redação dada pela Lei nº 13.019, de 2014)

(...)

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. (Incluído pela Lei nº 13.019, de 2014).”

Além do mais, é de se ressaltar que não se cogita da falta de interesse público na presente parceria, eis que destinada ao cumprimento de finalidades ínsitas ao setor da **educação**, bem como, por razões de ordens variadas, há incapacidade momentânea do poder público cumprir satisfatoriamente com toda demanda inerente neste campo, de ofício.

DAS ANÁLISES NO PLANO DE TRABALHO

Análise do Plano de Trabalho relativamente:

PREFEITURA DE ITUIUTABA

- a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada:

A proposta apresentada pela entidade, apresenta todos os elementos pertinentes ao **Termo de Fomento** e dão clareza na execução de trabalho, podendo, por esta comissão, ser considerada apta e aprovada.

- b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei:

A proposta analisada atende ao princípio da supremacia do interesse público, e está contida nas diretrizes das atividades de interesse social que deverão ser atendidas pelo poder público municipal ou por entidades membros da sociedade civil organizada.

- c) da viabilidade de sua execução:

O Plano de Trabalho apresentado demonstra viabilidade de execução.

- d) da verificação do cronograma de desembolso:

O desembolso de recursos será realizado em **01 parcela** ou na conveniência da administração municipal.

- e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos:

A parceria será fiscalizada pela Comissão de Acompanhamento prevista na **Portaria nº 31/2025** e serão avaliados em suma o desenvolvimento das atividades descritas no Plano de Trabalho, além dos indicadores de efetividade, através de pesquisas.

PREFEITURA DE ITUIUTABA


DAS DISPOSIÇÕES GERAIS


Das análises, concluímos que a execução da proposta é viável e os valores estimados são compatíveis com os preços de mercado; e o cronograma previsto na proposta é adequado e permite uma fiscalização efetiva.

Assim, posteriormente a emissão do parecer jurídico pertinente, bem como de todo trâmite necessário prescrito em lei, havendo as respectivas chancelas, autorizamos ao setor competente empreender todas as cautelas necessárias para a formalização do termo de fomento, consoante as disposições expressas em lei.

S. M. J, este é o Parecer.

Ituiutaba/MG, 27 de maio de 2025.


Thamiris Elias Rosa
Presidente


Tamiris Rodrigues Santos
Membro



P R E F E I T U R A D E I T U I U T A B A

- PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO -

PARECER Nº 454/2025

Processo Administrativo nº 2164/2025

Assunto: **EMENDA IMPOSITIVA – PLANO DE TRABALHO**

1. RELATÓRIO

Trata-se de Processo Administrativo em que a Requerente FUNDAÇÃO ESPÍRITA JERÔNIMO MENDONÇA solicita a **disponibilização de recursos oriundos e Emenda Impositiva** no valor de R\$ 54.645,00 (cinquenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e cinco reais) para investimento conforme Plano de Trabalho apresentado (fls. 03/12).

Acompanha o requerimento os documentos de fls. 03/99.

Em fls. 100 o Setor de Convênios do Município solicitou a aprovação do Plano de Trabalho e a indicação de Fiscal e Gestor para acompanhamento da execução do Plano de Trabalho, sendo os recursos provenientes de Emenda Impositiva dos Ilmos. Vereadores há época EDMAR MACHADO (R\$ 11.645,00), ADEILTON JOSÉ (R\$ 15.000,00), FRANCISCO TOMAZ (R\$ 20.000,00) e VILSOMAR PAIXÃO (R\$ 8.000,00).

Em fls. 2v ficou aprovada a solicitação pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer (SMEEL) e indicados o Fiscal e Gestor para acompanhamento da execução do Plano de Trabalho.

Tendo sido proferido Parecer Técnico pela viabilidade do Termo de Fomento em fls. 101/105.

Este é o breve relatório.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, mister se faz esclarecer que compete à Procuradoria do Processo Administrativo e do Contencioso em Geral zelar pela legalidade dos atos da Administração Municipal, propondo medidas que visem à correção das ilegalidades eventualmente encontradas, nos termos do artigo 16 da Lei Municipal Complementar nº 150/2017.



P R E F E I T U R A D E I T U I U T A B A

- PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO -

Ato contínuo, é válido ressaltar que o Parecer Jurídico **não é ato vinculativo**, não cabendo a Procuradoria do Processo Administrativo e do Contencioso em Geral analisar a viabilidade econômica e orçamentária das solicitações encaminhadas pelas Secretarias Municipais, sendo de responsabilidade do administrador que empenha os recursos tal análise. Neste sentido:

O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador.” (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.)

Inicialmente é importante ressaltar que não compete à Procuradoria Geral do Município a análise objetiva e subjetiva da relevância técnico-administrativa da entidade e muito menos do plano de trabalho apresentado, devendo cada uma das áreas responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do Plano de Trabalho fazê-lo.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que:

Art. 213 – Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I – comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II – assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades. (grifos nossos)

Ato contínuo, a Lei Federal nº 13.019/2014 que estabelece as normas gerais para as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, determina que:

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - organização da sociedade civil:

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

(...)



P R E F E I T U R A D E I T U I U T A B A

- PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO -

III - parceria: conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expressos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação;

(...)

VIII - termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros;

(...)

Art. 16. O termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.

(...)

Art. 45. As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas nos termos dos incisos XIX e XX do art. 42, sendo vedado:

I - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

(...)

No âmbito municipal, o Decreto nº 8.169/2016 que regulamenta as disposições da lei federal, dispõe que:

Art. 10 – São instrumentos mediante os quais serão formalizadas as parcerias de que trata este decreto:

(...)

II – termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública do Município de Ituiutaba com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros;

(...)

Art. 12. Compete ao Chefe do Poder Executivo do Município de Ituiutaba:

(...)

II - celebrar ou autorizar a formalização do termo de colaboração e de fomento e os acordos de cooperação; (...)

Estabelece ainda o Decreto Municipal os requisitos para a celebração dos Termos de Fomento no art. 13, em concordância ao estipulado no art. 33 e seguintes da Lei Federal nº 13.019/2014.

Em relação às Emendas Impositivas, é importante esclarecer que se trata de instrumento onde os Vereadores Municipais podem apresentar emendas à Lei



P R E F E I T U R A D E I T U I U T A B A

- PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO -

Orçamentária Anual, destinando recursos do Município para determinadas obras, projetos ou instituições, as quais possuem caráter obrigatório.

Válido pontuar que a Emenda nº 48 à Lei Orgânica do Município acrescentou o artigo 82-A determinando a **obrigatoriedade de execução** da emenda parlamentar orçamentária individual, veja-se:

Art. 82-A – É obrigatória a execução orçamentária e financeira da programação incluída por emendas individuais do Legislativo Municipal em Lei Orçamentária Anual.

(...)

§5º - A não execução da programação orçamentária das emendas parlamentares previstas neste artigo implicará em crime de responsabilidade, nos termos da legislação aplicável. (nossos grifos)

Isso significa dizer que, compete ao Vereador Municipal destinar o recurso à entidade por ele selecionada e **apenas a execução pelo Poder Executivo**, sob pena de **crime de responsabilidade**.

Em igual sentido, os valores são destinados para finalidade específica, neste caso, **não podendo o Poder Executivo direcioná-los à finalidade diversa daquela determinada pela Câmara de Vereadores.**

Ora, estando atestada a inexistência de discordância entre o órgão fiscalizador do Termo de Fomento (Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer), tem-se que não há óbice JURÍDICO à formalização do instrumento necessário à subvenção pleiteada.

Ato contínuo, concluiu o Parecer Técnico do Setor de Convênios do Município (fls. 105) que: “(...) concluímos que a execução da proposta é viável e os valores estimados são compatíveis com os preços de mercado; e o cronograma previsto na proposta é adequado e permite uma fiscalização efetiva (...)”.

Válido pontuar que todo recurso público deve ser usado levando em consideração os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, CF). Por moralidade, pode-se incorporar o binômio necessidade/oportunidade. **Sendo assim, cabe ao Setor de Convênios e não à Procuradoria Geral do Município a análise de cada um dos custos informados no Plano de Trabalho, em conjunto com o ordenador da despesa, do gestor e do fiscal do contrato a fim de traçar sua conformidade à realidade.**

Neste sentido, **ENTENDEMOS** pela viabilidade jurídica da formalização do instrumento jurídico necessário à subvenção pleiteada.



P R E F E I T U R A D E I T U I U T A B A

- PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO -

Frisa-se, **não compete à Procuradoria Geral do Município a análise ou verificação da viabilidade ou acompanhamento financeiro-orçamentário do Plano de Trabalho**, competindo ao ordenador da despesa, no caso, a Câmara Municipal e ao Secretário Municipal, o acompanhamento de tal viabilidade em conjunto com a Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento.

III - DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, OPINAMOS pela legalidade e viabilidade jurídica da formalização do instrumento jurídico necessário à subvenção pleiteada, devendo ser observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019/2017, Decreto Municipal nº 8.169/2016 e Lei Federal nº 14.113/2020.

Ao Setor de Convênio.

É o parecer, s. m. j.

Ituiutaba/MG, 28 de maio de 2025.

Luiz David Lara Filho
Procurador Adjunto

PREFEITURA DE ITUIUTABA

TERMO DE FOMENTO Nº XXX/2025 (MINUTA)

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
ITUIUTABA/MG, POR INTERMÉDIO
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
ITUIUTABA E A FUNDAÇÃO ESPÍRITA
JERÔNIMO MENDONÇA.

O MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG, inscrito(a) no CNPJ sob nº 18.457.218/0001-35, com sede na Praça Cônego Ângelo, s/nº, Centro, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, neste ato representado pela Prefeita **LEANDRA GUEDES FERREIRA**, e a **FUNDAÇÃO ESPÍRITA JERÔNIMO MENDONÇA**, inscrito no CNPJ sob nº 04.681.006/0001-22, com sede na Rua Dr. Petrônio Rodrigues Chaves, nº 641, Bairro Satélite Andradina, doravante denominado ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representado por sua Presidente **MARIA GERTRUDES COELHO**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, e respectivo decreto regulamentar, e pela **Lei Municipal nº xxxx, de xx de xxxxx de 2025**, consoante o processo administrativo nº 2164/2025 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente TERMO DE FOMENTO, decorrente de inexigibilidade de chamamento público, em razão da singularidade e em virtude da **Lei Municipal nº XXX de XXX de XXXX de 2025**, tem por objeto atender a crianças de 0 a 5 anos e seus familiares, proporcionando a educação infantil, a criatividade artística, esportiva e cultural, através de atividades pedagógicas de acordo com a faixa etária, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os parceiros obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante indissociável do presente

PREFEITURA DE ITUIUTABA

TERMO DE FOMENTO, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os parceiros.

Parágrafo Único – O Plano de Trabalho poderá ser revisto, mediante termo aditivo ou certidão de apostilamento, desde que não haja alteração do objeto e sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

3.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas pactuadas, a legislação pertinente e o plano de Trabalho deste TERMO DE FOMENTO aprovado pela **Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer**, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste TERMO DE FOMENTO, observando o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014;
- b) zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;
- c) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este TERMO DE FOMENTO a conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- d) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;
- e) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- f) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- g) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- h) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

PREFEITURA DE ITUIUTABA

- i) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de colaboração/termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;
- j) é vedada a realização de pagamento antecipado com recursos de parceria.

II - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

- a) promover o repasse dos recursos financeiros obedecendo ao Cronograma de Desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;
- b) fornecer informações para prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;
- c) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
- d) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
- e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
- h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

CLÁUSULA QUARTA- DA GESTÃO DE ACOMPANHAMENTO

- 4.1 – A gestão, fiscalização e o acompanhamento da execução do presente Termo dar - se - à pelas Servidoras: GESTORA: Lucas Vieira Moura; Matrícula: 42163; Cargo: Assessor III e FISCAL: Lázaro Dias de Freitas Júnior; Matrícula: 31492; Cargo: Assessor I.

PREFEITURA DE ITUIUTABA

4.2 – O Fiscal do Termo deverá emitir relatório, bem como, atestar a execução do objeto do termo e identificar se ele está de acordo com o Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de até R\$54.645,00 (cinquenta e quatro mil seiscentos e quarenta e cinco reais), oriundo de emenda impositiva assim discriminados:

- Vereador Edmar Machado – R\$11.645,00
- Vereador Adeilton José – R\$15.000,00
- Vereador Francisco Tomaz – R\$20.000,00
- Vereador Vilsomar Paixão – R\$8.000,00

TOTAL – R\$54.645,00 (cinquenta e quatro mil seiscentos e quarenta e cinco reais)

5.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de colaboração/termo de fomento, recursos no valor de até R\$54.645,00 (cinquenta e quatro mil seiscentos e quarenta e cinco reais). Correndo a despesa à conta da dotação orçamentária:

XXXXXX NÃO FOI INFORMADO AINDA XXXXX

CLÁUSULA SEXTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

6.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no Plano de Trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

6.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

6.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de colaboração/termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

6.4 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá observar na realização de gastos para a execução do objeto do presente termo a proporcionalidade entre os recursos transferidos e os recursos próprios a serem aplicados a título de contrapartida.

6.5 - As receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida, devida pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

6.6 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

PREFEITURA DE ITUIUTABA

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

IV – no ato efetivo do pagamento verificar-se-á todas as regularidades fiscais formais.

6.7 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

7.1 – O presente TERMO DE FOMENTO deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I – utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

IV - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

7.3 – Os recursos transferidos poderão ser utilizados para realizar os pagamentos nos termos do Plano de Trabalho Anexo.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1 - O presente TERMO DE FOMENTO vigorará até 31/12/2025, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

PREFEITURA DE ITUIUTABA

8.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente TERMO DE FOMENTO.

CLÁUSULA NONA –DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo TERMO DE FOMENTO;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

9.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

PREFEITURA DE ITUIUTABA

- I – extrato da conta bancária específica;
- II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
- III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
- V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e
- VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
- VII –Relatório de execução Físico – Financeiro;
- VIII – Relatório de Execução da Receita e da Despesa;
- IX – Relação de Pagamentos;
- X –Relação de Conciliação Bancaria;
- XII – Outros documentos que a Comissão de Seleção, Monitoramento, avaliação e prestação de Contas julgarem necessários.

§ 1.º - Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º - A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

§ 3.º - Para análise periódica da execução do objeto a prestação de contas financeira deverá ser apresentada MENSALMENTE para prévia análise junto à Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento, apresentando relação de pagamentos efetuados, faturas, duplicatas, recibos de pagamento de autônomos, guiam de recolhimento de encargos sociais ou de tributos, ou quaisquer outros documentos comprobatórios de despesa e ainda a conciliação bancária conjuntamente com o extrato bancário mensal e aplicações financeiras.

10.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração ou de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de colaboração ou do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

PREFEITURA DE ITUIUTABA

10.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do TERMO DE FOMENTO.

10.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

10.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

10.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

10.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

PREFEITURA DE ITUIUTABA

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

10.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

10.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

10.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração ou de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

10.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

PREFEITURA DE ITUIUTABA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA –DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

11.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva da **Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer**, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

11.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

11.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 -O presente termo de colaboração/termo de fomento poderá ser:

I -denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60(sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II -rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

PREFEITURA DE ITUIUTABA

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

13.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

13.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Colaboração/Fomento.

13.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

13.4– Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

13.5–Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste TERMO DE FOMENTO, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

14.1 - A eficácia do presente TERMO DE FOMENTO ou qualquer alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Site Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

15.1 - Acrescenta-se ao Convênio ora aditado o “Anexo I – Do cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº 13.709/2018”.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

16.2 – Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

PREFEITURA DE ITUIUTABA

16.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente a prorrogação de prazo de vigência do ajuste, deverá ser previamente submetido à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

16.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

17.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de colaboração/termo de fomento serão remetidas por correspondência ou e-mail e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via e-mail, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de colaboração/termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de colaboração/termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Ituiutaba, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

18.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Ituiutaba, 29 de maio de 2025.

LEANDRA GUEDES FERREIRA
PREFEITA DE ITUIUTABA

MARIA GERTRUDES COELHO
PRESIDENTE

PREFEITURA DE ITUIUTABA

ANEXO I

DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI Nº 13.709/2018.

1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação (listar outros, quando cabível).

5. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

6. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação

PREFEITURA DE ITUIUTABA

ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.



Controladoria Geral do Município

Av. 17 nº 1084 -- Centro -- CEP: 38300-132

ITUIUTABA - MG - Fone: (34) 3271-8120

e-mail: controladoria@ituiutaba.mg.gov.br

PROCESSO: 2164/2025

ASSUNTO: Celebração de Termo de Fomento – emenda impositiva 2025

INTERESSADO: Fundação Espírita Jerônimo Mendonça

PARECER TÉCNICO Nº 154/2025 – CONTROLE INTERNO

A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG – CGM, têm suas atribuições regulamentadas em legislação federal e municipal.

As rotinas de trabalho adotadas pelo Controle Interno cabe, primordialmente, exercer a fiscalização dos atos da administração, comprovando os princípios constitucionais tais como: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e quando detectadas possíveis irregularidades insanáveis dos atos e fatos nos procedimentos licitatórios, na execução orçamentária e financeira efetivamente realizadas, esta Controladoria encaminhará denúncia ao Ministério Público e comunicará os órgãos de Controle Externo sobre tais irregularidades.

I - DO RELATÓRIO

Foi encaminhado a Esta Controladoria PA 2164/2025, para análise da Minuta do Termo de Fomento a ser celebrado entre a Prefeitura de Ituiutaba-MG e a FUNDAÇÃO ESPÍRITA JERONIMO MENDONÇA.

Em análise do pedido e Plano de Trabalho, verificamos que foi solicitado o repasse de R\$ 54.645,00 (cinquenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e cinco reais) oriundos de Emendas Impositivas com destinação para INVESTIMENTOS.

O processo veio instruído com a aprovação do Plano de Trabalho pela Secretaria Municipal de Governo, Parecer Técnico e Parecer Jurídico, com fulcro na Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto nº 8.169/2016 e Decreto nº 8.362/2017, sendo esses os dispositivos legais que regulamentam, as parcerias celebradas entre a Administração Pública Municipal Direta e Indireta e as Organizações da Sociedade Civil

É o breve relatório.

II – DA ANÁLISE

O Termo de Fomento é o instrumento pelo qual são formalizadas as parcerias com OSC's, selecionadas por meio de chamamento público, exceto nos casos de dispensa ou inexigibilidade, em regime de mútua cooperação, com o objetivo de incentivar e reconhecer iniciativas próprias desenvolvidas ou criadas pelas OSC's em plano de trabalho, com metas e ações que contemplem o interesse público, observando-se os programas ou plano setorial da área correspondente, quando houver.

Frente a documentação acostada aos autos, verificamos que foram anexados os documentos necessários para o prosseguimento da celebração do Termo de Fomento, conforme Decreto nº 8.362/2017, entretanto deverá ser observado o que segue:



Controladoria Geral do Município

Av. 17 nº 1084 – Centro – CEP: 38300-132

ITUIUTABA – MG - Fone: (34) 3271-8120

e-mail: controladoria@ituiutaba.mg.gov.br

- Informar a Dotação Orçamentária para constar no Termo de Fomento:

No tocante ao Plano de Trabalho anexo nas fls. 09/12, considerando que a destinação da Emenda é para INVESTIMENTO, o item “usina fotovoltaica” deve ser esclarecido como será utilizado o recurso:

- a) Com aquisições de painéis ou placas e etc..? ou
- b) Com contratos como de assinatura ou semelhante?

Caso a opção seja a letra (a) sugerimos a juntada do projeto técnico, caso seja possível.

No caso de impossibilidade deve ser justificado ausência do mesmo.

Porém, caso a opção seja a letra (b), o recurso não poderá ser utilizado para essa finalidade por se tratar de CUSTEIO.

Por fim, esclarecido os questionamentos acima, e sendo a opção escolhida a letra (a), no momento da elaboração da Lei que autoriza o repasse deverá ser informado que o recurso destinado é somente para INVESTIMENTO.

Ante o exposto, **desde que atentos as observações**, entende-se que o processo está revestido das formalidades legais atento ao que dispõe a Lei nº 13.019/2014, o Decreto nº 8.169/2016 e Decreto nº 8.362/2017.

III - DAS EMENDAS IMPOSITIVAS

Considerando que o ano de 2024 será realizada as eleições municipais, cumpre esclarecer o que se segue.

A priori, cabe atentar-se a Emenda nº 48 à Lei Orgânica do Município de Ituiutaba, de 24 de novembro de 2021, acrescentou o artigo 82-A ao referido normativo para tornar obrigatória a execução da programação de emenda parlamentar orçamentária individual, o qual dispõe:

Art. 82-A – É obrigatória a execução orçamentária e financeira da programação incluída por emendas individuais do Legislativo Municipal em Lei Orçamentária Anual.

(...)

*§5º - A não execução da programação orçamentária das emendas parlamentares previstas neste artigo implicará em crimes de responsabilidade, nos termos da legislação aplicável.
(Grifo nosso)*

Frente o dispositivo legal exposto, entende-se que compete ao Vereador destinar o recurso à entidade por ele selecionada, cabendo ao Poder Executivo, tão somente a



Controladoria Geral do Município

Av. 17 nº 1084 – Centro – CEP: 38300-132

ITUIUTABA – MG -Fone: (34) 3271-8120

e-mail: controladoria@ituiutaba.mg.gov.br

execução da programação orçamentária, nos termos do §5º do artigo 82-A, inclusive sob pena de crime de responsabilidade.

Observa-se que é de inteira responsabilidade do Vereador a escolha da entidade, a destinação dos valores, bem como todas as questões que envolvem o uso do dinheiro público para tais entidades, sendo oportuno atentar-se que o mesmo responde também por crime de responsabilidade, por força do art. 7º do Decreto-Lei nº 201/1967.

Assim, considerando o caso concreto atrelado aos dispositivos legais e interpretações mencionadas, entendemos pela viabilidade de formalização da parceria via Termo de Fomento.

IV – CONCLUSÃO

Ante o exposto, considerando a documentação anexa, a aprovação do Plano de Trabalho pelo Gestor, o Parecer Jurídico que opina pela legalidade formal e material de Projeto de Lei para formalizar o Termo de Fomento e Parecer Técnico aprovando a proposta apresentada, esta Controladoria não vislumbra óbice ao prosseguimento do feito, desde que sejam sanadas as observações apontadas.

Ituiutaba, 29 de maio de 2025.

Márcia Divina Rodrigues
Controladora Geral do Município

MARCIA

DIVINA

RODRIGUES

Assinado de forma
digital por MARCIA
DIVINA RODRIGUES
Dados: 2025.05.30
01:11:34 -03'00'



Fundação Espírita Jerônimo Mendonça

Rua Dr. Petrônio Rodrigues Chaves, nº 641

Bairro Satélite Andradina – Ituiutaba – Minas Gerais – Brasil

Telefone: (34) 3261.5653

Ituiutaba, 03 de junho de 2025

À

Prefeitura Municipal de Ituiutaba-MG

A/C: Secretaria de Governo: Deptº Convênio

Ofício nº 019/25

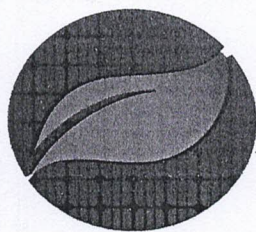
REF.: Investimento Energia Fotovoltaica

Em anexo o projeto de Investimento do Sistema de Geração de Energia Elétrica Usina solar fotovoltaica e a descrição de todos os componentes. A aplicação do recurso será conforme a liberação da medida impositiva dos vereadores, Câmara Municipal de Ituiutaba.

A usina será instalada na Fundação Espírita Jerônimo Mendonça, Rua Dr. Petrônio Rodrigues Chaves, 641 – Bairro: Satélite Andradina – Setor Norte – Ituiutaba – MG .

Atenciosamente

.....
Presidente da Entidade
Maria Gertrudes Coelho



Efficiencia
ENERGIA SOLAR

CLIENTE: FUNDAÇÃO ESPÍRITA JERÔNIMO MENDONÇA
CNPJ/CPF: 04.681.006/0001-22
CIDADE/UF: ITUIUTABA/MG
DATA: 02/06/2025

SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA USINA SOLAR FOTOVOLTAICA

EFFICIENCIA ENERGIA SOLAR

CNPJ: 33.887.169/0001-64

Resp. Técnico: Eng. Téffer Mamédio Garcia

CREA-MG 228445/D

Avenida Minas Gerais, 841 - Centro - Ituiutaba/MG

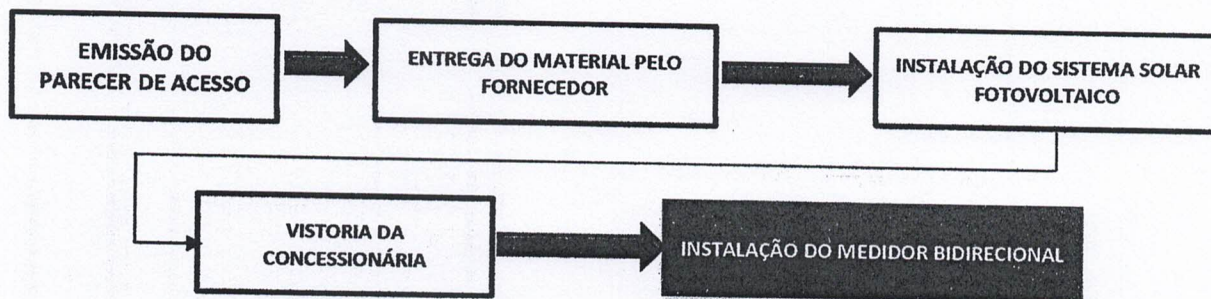
(34) 99654-6297 / (34) 99670-3288

teffergarcia@gmail.com

Efficiencia

ENERGIA SOLAR

01) FLUXOGRAMA DE INSTALAÇÃO



02) GARANTIAS

PAINEL FOTOVOLTAICO	15 ANOS
EFICIÊNCIA DO PAINEL	25 ANOS
INVERSORES	10 ANOS
INSTALAÇÃO	02 ANOS

03) DIMENSIONAMENTO

GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
Geração Mensal Desejada	1.600	kWh
Potência da Usina	12,60	kWp

EQUIPAMENTO	FABRICANTE	MODELO	QNT
INVERSORES	HUAWEI	7.5KW - 220V - 3 MPPT	2
PAINÉIS	RISEN	BIFACIAL - MONOCRISTALINA - 700W	18
ESTRUTURA SOLO	EFFICIENCIA	GALVANIZADA A FOGO	18

DADOS DO PAINEL		
Potência de Pico	700	Wp
Energia Produzida por painel	87,5	kWh
Área do Painel	3,0	m²

DADOS DOS INVERSORES		
Potência Nominal	15000	W
Potência Máxima	25500	W
Tensão	220	V

Efficiencia

ENERGIA SOLAR

04) VALOR TOTAL

R\$ 42.600,00

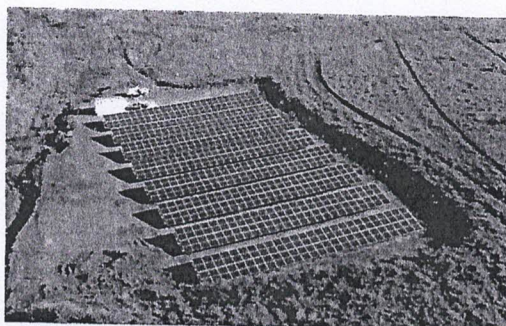
Quarenta e Dois Mil e Seiscentos Reais

*Previsão de entrega: Julho/2025

*Validade da Proposta: 10 dias ou enquanto durarem os estoques

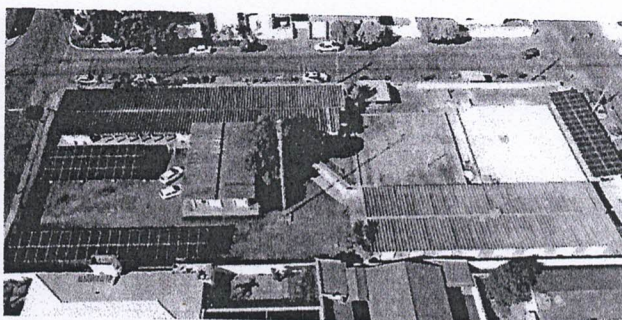
05) CASES DE SUCESSO

Grupo Chioderollis



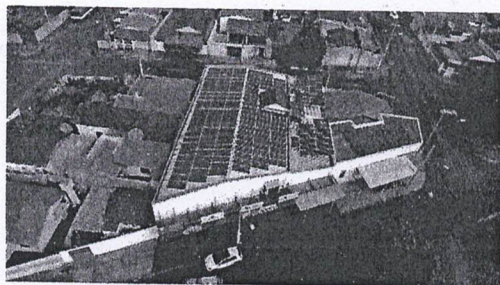
(BR 365)

SAE



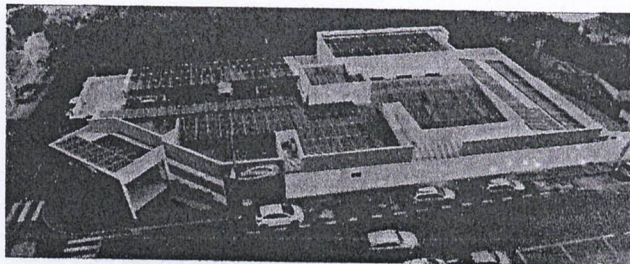
(Rua 24 com 33)

Supermercado Dutra (2 Usinas)



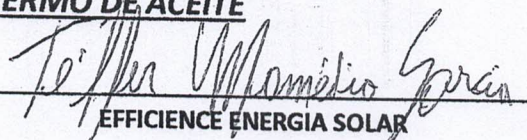
(Av. Minas Gerais)

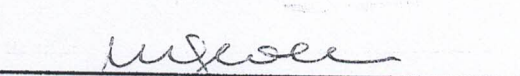
CEDIMAGEM



(Rua 18 com 21)

06) TERMO DE ACEITE


EFFICIENCIA ENERGIA SOLAR


FUNDAÇÃO ESPÍRITA JERÔNIMO MENDONÇA



PREFEITURA
ITUIUTABA

Faz acontecer

Despacho - Proc. nº 2.164/2025

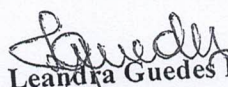
Em face ao ofício nº 001/2025 da **Fundação Espírita Jerônimo Mendonça**, CNPJ 04.681.006/0001-22, que por intermédio de sua Presidente Maria Gertrudes Coelho, solicitou a celebração de Termo de Fomento, no valor de R\$ 54.645,00 (cinquenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e cinco reais), proveniente de Emenda Impositiva dos Vereadores Edmar Machado R\$ 11.645,00/Adeilton José R\$15.000,00/Francisco Tomaz R\$20.000,00 e Vilsomar Paixão R\$8.000,00 que totalizam o montante de R\$ 54.465,00 (cinquenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais), para ser utilizado como investimento pela entidade no atendimento das crianças de 0 a 5 anos e seus familiares especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O procedimento foi encaminhado ao Setor de Convênios e posteriormente a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, que se manifestou favoravelmente, aprovando os itens propostos e, indicando o gestor e o fiscal de contrato, para fiscalização da execução do plano de trabalho apresentado.

Assim, considerando o parecer técnico da Comissão, o parecer jurídico nº 454/2025 exarado pela Procuradoria Geral que opinou pela legalidade formal e material do Projeto de Lei para formalizar o Termo de Fomento, e, ainda o parecer técnico nº 154/2025 da Controladoria Geral, por conseguinte, autorizo o envio do Projeto de Lei à Nossa Egrégia Casa Legislativa para possibilitar o repasse no valor de **R\$ 54.465,00** (cinquenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais), da Fundação Espírita Jerônimo Mendonça, em consonância com o Plano de Trabalho apresentado e projeto às fls.128 a 131.

Remeta ao Departamento de Elaboração, Atualização Legislativa e Atos Administrativos para as devidas providências.

Ituiutaba, 10 de junho de 2025.


Leandra Guedes Ferreira
Prefeita de Ituiutaba